



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO CAMPO:**

os saberes e os fazeres do campo com a participação da  
comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro.

Sérgio Luiz Teixeira

Brasília (DF), julho 2014

Sérgio Luiz Teixeira

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO CAMPO:  
os saberes e os fazeres do campo com a participação da  
comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro.**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-Tutora Olga Cristina Rocha de Freitas e do Professor tutor- monografia Cristiano de Souza Calisto.

Brasília (DF), julho de 2014

## TERMO DE APROVAÇÃO

Sérgio Luiz Teixeira

### PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO CAMPO: os saberes e os fazeres do campo com a participação da comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

---

MSc Olga Cristina Rocha de Freitas - UnB/SEEDF  
(Professora-orientadora);

---

Cristiano de Souza Calisto  
(Tutor-monografia )

---

MSc Eter Cristina Silva Balestíé Pellufo - SEEDF  
(Examinadora externa)

Brasília (DF), julho de 2014

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho em especial a minha mãe, Adesilda Marina Teixeira, que demonstrou e demonstra cotidianamente que a Educação é caminho transformador do sujeito do campo, que os saberes e os fazeres do campo são conhecimentos que passam de geração a geração e que mesmo analfabeta me ensinou a valorizar as letras para transformar nossas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro que contribuiu e contribui com o projeto da pesquisa-ação e confia na minha pessoa para coordenar o processo da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola na perspectiva da Educação do Campo.

## **EPÍGRAFE**

“A existência humana não poder muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modifica-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” ( Freire, 1987, p. 78).

## RESUMO

O trabalho pretende contribuir com a mobilização da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Catingueiro, pois a Educação do Campo é a conquista do direito dos cidadãos de todas as idades que vivem e trabalham no campo, percebendo que o campo é um território humano, vivo, onde os saberes e os fazeres presentes no espaço-tempo histórico, social, cultural e desenvolvimento sustentável da APA de Cafuringa necessitam ser incorporados no Projeto Político-Pedagógico da Escola da Classe Catingueiro. A pesquisa-ação na perspectiva de abordagem qualitativa com os instrumentos de coleta de dados: observação participante; análise de documentos da escola: PPP, PDE, planos dos docentes; reuniões com os conselheiros escolares; entrevista com a gestora; questionários com questões objetivas e subjetivas; formação do Grupo de Trabalho com representantes da comunidade escolar e seminário tem os objetivos de reconhecer as potencialidades e as fragilidades da escola-comunidade escolar, definir as metas, as possíveis ações e os respectivos responsáveis para que a participação efetiva da comunidade escolar com autonomia e transparência nas diversas dimensões da gestão escolar: pedagógico, administrativo, financeiro e jurídico para que possa ser garantida a concretização da qualificação do processo de ensino e aprendizagem na escola do campo através da construção e/ou ressignificação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Catingueiro.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico; saberes; fazeres do campo.

## RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo contribuir a la movilización de la comunidad escolar en la construcción del Proyecto Político-Catingueiro Pedagógica Class School porque el campo de la educación es el logro del derecho de los ciudadanos de todas las edades que viven y trabajan en el campo, al darse cuenta de que el campo es un ser humano, el área, donde el conocimiento y obras presentan el desarrollo histórico, social, cultural y sostenible del espacio-tiempo APA Cafuringa necesario incorporar en la Sala Político-Pedagógico Escuela Proyecto Clase Catingueiro vivir. La investigación-acción desde la perspectiva del enfoque cualitativo con herramientas para la recolección de datos: observación participante; análisis de documentos de la escuela: PPP, PDE, tiene previsto para los profesores; reuniones con los consejeros de la escuela; entrevista con el director; cuestionarios con preguntas objetivas y subjetivas; formación del grupo de trabajo con representantes de la comunidad escolar y el taller tiene el objetivo de reconocer las fortalezas y debilidades de la escuela dentro de la comunidad, establecer metas, acciones posibles y los responsables de la participación efectiva de la comunidad escolar con autonomía y transparencia en las diversas dimensiones de la gestión escolar: pedagógicas, administrativas, financieras y legales para el logro de las calificaciones de la enseñanza y el aprendizaje en la escuela de campo se puede garantizar a través de la construcción y / o reinterpretación de la Sala Político-Pedagógico Proyecto Escuela Clase Catingueiro .

**Palabras clave:** Proyecto Político Pedagógico; conocimiento; hechos del campo.

## **SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

CAESB – Companhia Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CEB – Conselho de Educação Básica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola

GT – Grupo de Trabalho

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MST – Movimento dos Sem Terra

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PPP – Projeto Político-Pedagógico

SECADI – Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEMATEC – Secretaria do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Distrito Federal

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura

UnB – Universidade de Brasília

ZDAG – Zona de Desenvolvimento Agropecuário

ZPVS – Zona de Proteção de Vida Silvestre



## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Matrícula da Escola Classe Catingueiro – Ano 2014.

Tabela 2 – Já ouviu falar em Projeto Político-Pedagógico.

Tabela 3 – Motivo para matricular o filho na Escola Classe Catingueiro.

Tabela 4 – Pontos positivos da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 5 – Pontos negativos da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 6 – Opinião sobre o transporte escolar que atende a Escola Classe Catingueiro.

Tabela 7 – Gênero da equipe docente da Escola Classe Catingueiro que participou da pesquisa.

Tabela 8 – Formação acadêmica da equipe docente da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 9 – Formação continuada da equipe docente da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 10 – Situação funcional da equipe docente da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 11 – Tempo de docência da equipe da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 12 – Tempo de na SEEDF da equipe da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 13 – Tempo de docência da equipe docente na Escola Classe Catingueiro.

Tabela 14 – Participação do docente em construção do PPP.

Tabela 15 – A gestão/coordenação da Escola Classe Catingueiro promove espaço/tempo para discutir sobre o currículo, PPP, projetos escolares e outros temas.

Tabela 16 – Participação dos docentes ativamente dos docentes dos espaços-tempos propostos pela direção da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 17 – A autonomia da equipe docente para desenvolver projetos de aprendizagem em consonância com a proposta curricular da escola/SEEDF.

Tabela 18 – A equipe docente opina e sugere para adquirir materiais didáticos com os recursos financeiros da escola.

Tabela 19 – Acompanhamento da direção/coordenação das atividades

escolares.

Tabela 20 – Participação da equipe docente das tomadas de decisões administrativas e pedagógicas da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 21 – A direção/coordenação da Escola Classe Catingueiro oportuniza a troca de ideias, inovações e criação conjunta de projetos de aprendizagem.

Tabela 22 – Participação da família no acompanhamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem na Escola Classe Catingueiro.

Tabela 23 – Relação entre gestão – coordenação – docentes – funcionários da Escola Classe Catingueiro.

Tabela 24 – Participação da comunidade escolar na construção do PPP da Escola Classe Catingueiro.



Área externa da Escola Classe Catingueiro – Agosto de 2014.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	12
1. JUSTIFICATIVA-----	12
1.2 OBJETIVO GERAL -----	13
1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS-----	13
1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL-----	15
1.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO-----	16
1.3.2 ESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA-----	16
1.3.3 LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE CATINGUEIRO-----	19
1.3.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS-----	20
1.4 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAFURINGA-----	21
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO DO CAMPO-----	24
1. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO-----	25
1.1 I CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO-----	27
1.1.1 II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO-----	29
1.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO – POLÍTICAS PÚBLICAS-----	31
1.2.1 BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO-----	33
1.3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO-----	34
1.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO DO DISTRITO FEDERAL-----	38
CAPÍTULO 2 - GESTÃO DEMOCRÁTICA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO PPP--	41
CAPÍTULO 3 - COLETA E ANÁLISE DE DADOS-----	46
1. I ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO – DIA 21 DE MAIO-----	48
1.1 II ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO – DIA 28 DE MAIO-----	55
1.2 QUESTIONÁRIO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS-----	60
1.3 ENTREVISTA COM A GESTORA DA ESCOLA-----	66
1.4 QUESTIONÁRIO DA EQUIPE DOCENTE E A GESTORA-----	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	76
REFERÊNCIAS-----	78

ANEXO I-----80  
ANEXO II -----83

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Justificativa

A gestão democrática nas escolas se faz necessária para potencializar a participação efetiva e eficaz da comunidade escolar, com o intuito de construção e/ou a ressignificação do Projeto Político Pedagógico para que todos possam sentir-se responsabilizados e interessados com a formação da identidade da escola.

Para que o processo possa atingir o propósito de transformar a realidade da instituição escolar é crucial que a comunidade escolar e seus respectivos segmentos sintam-se corresponsáveis pela melhoria da qualidade da educação e consequentemente promover um ambiente justo, igualitário, pluricultural, comprometido com a transmissão dos saberes, fazeres e valores morais que contribuirão com a formação da personalidade científica, social e cidadã dos estudantes.

Oriundo do campo, do sertão baiano, região de Irecê, comunidade rural do Morro D' Água, município de Barro Alto, participei da vida rural, tanto como morador como estudante, depois como professor e coordenador pedagógico atuando em escolas do campo ou com características do campo, mesmo sendo urbanas.

Minha trajetória profissional no Distrito Federal iniciou em julho do ano de 2012, onde trabalhei na Escola Classe 16, Nova Colina, Sobradinho, na área urbana.

Quando fui informado do remanejamento, que tinha vagas nas escolas da zona rural na mesma regional. Fui visitar as escolas antes de tomar minha decisão, para analisar as escolas: suas estruturas físicas, os aspectos pedagógicos e a comunidade escolar.

Em 2013, escolhi ir trabalhar na Escola Classe Catingueiro, zona rural, da Região Administrativa da Fercal, sendo regida pela Regional de Ensino de Sobradinho, onde exerci a função de professor da turma do terceiro (3º) ano do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais.

A vontade de sair da cidade e ir para o campo, também ficou latente, pois estudei e trabalhei em escolas rurais como professor e coordenador pedagógico, até em comunidade quilombola no sertão baiano. Intrinsecamente sou educador da educação do campo, nos meus 19 anos de experiência na educação.

Percebo que as escolas no campo, tanto aqui ou no sertão baiano, quando a escola tem o Projeto Político-Pedagógico raramente estão incorporados os saberes e os fazeres do campo, sendo assim um aspecto de fragilidade para a transformação da realidade escolar.

A ausência ou pouca participação efetiva e eficiente da comunidade escolar na reconstrução e/ou ressignificação do Projeto Político-Pedagógico na perspectiva dos saberes, fazeres e valores da Educação do Campo é o problema que me interessa em analisar, pois os segmentos representantes da comunidade escolar não participam com tanta frequência das discussões e tomadas de decisões e de atitudes para potencializar e qualificar a Educação no/do Campo, sendo necessário identificar, analisar e compreender os motivos que dificultam a participação ativa e crítica dos segmentos da comunidade escolar nos rumos escolar com o intuito de transformar a realidade das escolas do campo.

A proposta da pesquisa é identificar e reconhecer quais os são os desafios das escolas do campo na construção e/ou na ressignificação do Projeto Político-Pedagógico com a incorporação dos saberes e os fazeres do campo com a efetiva participação da comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro.

Acredito que se caracteriza numa problemática importante onde os conhecimentos científicos contribuirão significativamente para a identificação das fragilidades e das potencialidades, no sentido de respaldar as discussões e definir as metas e ações para solucionar os problemas identificados na pesquisa, seguindo os critérios científicos para qualificar e dar credibilidade à transformação proposta.

## **1.2 Objetivo Geral**

- Contribuir com a construção e/ou a ressignificação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Catingueiro com a incorporação dos saberes e fazeres do campo com a efetiva participação da comunidade escolar.

### **1.2.1 Objetivos específicos**

- Conhecer o processo de construção e/ou ressignificação do Projeto Político-Pedagógico da escola do campo: Escola Classe Catingueiro;

- Mobilizar a participação efetiva da comunidade escolar no processo de construção e/ou ressignificação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Catingueiro;
- Identificar e incorporar os saberes e os fazeres do campo que estão incorporados no Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Catingueiro.

O coordenador pedagógico e também sou representante da Carreira Magistério no conselho escolar vigente e eleito nas eleições democráticas passadas como rege a Lei da Gestão Democrática no Distrito Federal, nº 4751/2012 - que propõe as eleições diretas para a escolha do diretor e vice-diretor e os representantes dos segmentos da comunidade escolar do Conselho Escolar.

Uma das primeiras atitudes pedagógicas que realizadas logo ao chegar à Escola Classe Catingueiro no ano passado foi solicitar à diretora o PPP (Projeto Político-Pedagógico) da unidade de ensino, para conhecer a proposta pedagógica e didática da escola que está inserida no território rural, porém que para minha surpresa ou constatação o campo com seus saberes e fazeres não é retratado, pensado e muito menos citado no que deveria ser o documento que representa a identidade da unidade de ensino.

O sentimento de surpresa tomou conta de mim, pois acreditava que por está localizada “próxima” do MEC poderia está mais atualizada com os propósitos das políticas educacionais que prioriza e recomenda as escolas publicas que construam seu Projeto Político-Pedagógico para nortear as tomadas de decisões, definir as metas e as ações, efetivar a participação da comunidade escolar, com autonomia e com gestão democrática, para a construção da identidade da escola.

A constatação do processo lento da cultura eficiente e eficaz da gestão democrática, tanto aqui no Distrito Federal como no sertão baiano, que mesmo com os avanços das políticas públicas educacionais, através das diretrizes e normas legais que regem a Educação Nacional, para promover e possibilitar a participação de representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar em diversos aspectos da gestão escolar como pedagógico, administrativo, financeiro e jurídico com o intuito de qualificar a educação da cidade e do campo.



Em especial no campo, a educação formal estatal tem o currículo urbano adaptado para o território rural, às vezes nem adaptado, segue o currículo oficial da escola urbana e assim por consequência os sujeitos do campo não são respeitados com sua história, sua cultura, seus valores, seus saberes e seus fazeres.

### 1.3 Dados de identificação da instituição educacional

- Endereço: DF 205 Oeste Km 13 Colônia Agrícola Catingueiro;
- Telefone: 35002373(orelhão);
- Email: e.c.catingueiro@hotmail.com
- Divisão: DRE – Sobradinho
- Data de criação: 24/03/1970
- Turno de funcionamento: Matutino e Vespertino
- Nível de ensino ofertado: Educação Infantil, Bloco Inicial de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e Ensino Fundamental Anos Iniciais (4º e 5º anos).



Área externa da Escola Classe Catingueiro.- Ano 2011



### **1.3.1 Contexto Histórico**

O terreno da escola atual foi doado pelo senhor Joviniano Gomes dos Santos no início da década de 1970, a fundação da Escola Classe Catingueiro aconteceu no dia 24 de março de 1970, sob os cuidados da professora Neuman Vanda Ferreira Nascimento, atendendo 57 alunos que habitavam nas proximidades. Isso significou para essas crianças e esses jovens a oportunidade de ir pela primeira vez a uma escola.

A inauguração oficial aconteceu no dia 03 de maio de 1978, com suas atividades iniciadas no dia 05 de maio, data em que perdeu um de seus “anos”, devido à sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 129, de 10/07/1980, passando a chamar-se Escola Classe Catingueiro e tendo como diretora a professora Flôrisbela Vieira Alves.

O papel da Escola nesta região é de extrema importância para o desenvolvimento da comunidade, pois os conhecimentos construídos no meio escolar são capazes de proporcionar mudanças na comunidade local. A mesma também cede seu espaço para reunir a comunidade e propiciar cursos para o desenvolvimento socioeconômico de seus moradores.

Neste ano de 2014, constituem a atual equipe:

- Gestão escolar: diretora, vice-diretor e secretária;
  - Pedagógico: Coordenador Pedagógico e 06 professoras.
  - Cozinha, Auxiliares de educação, conservação e limpeza – 04, Vigilantes - 04
- Conselho escolar: é composto de cinco membros: gestora, 01 professor, 01 representante do segmento Carreira Assistência e 02 representantes dos pais.

### **1.3.2 Estrutura física e pedagógica**

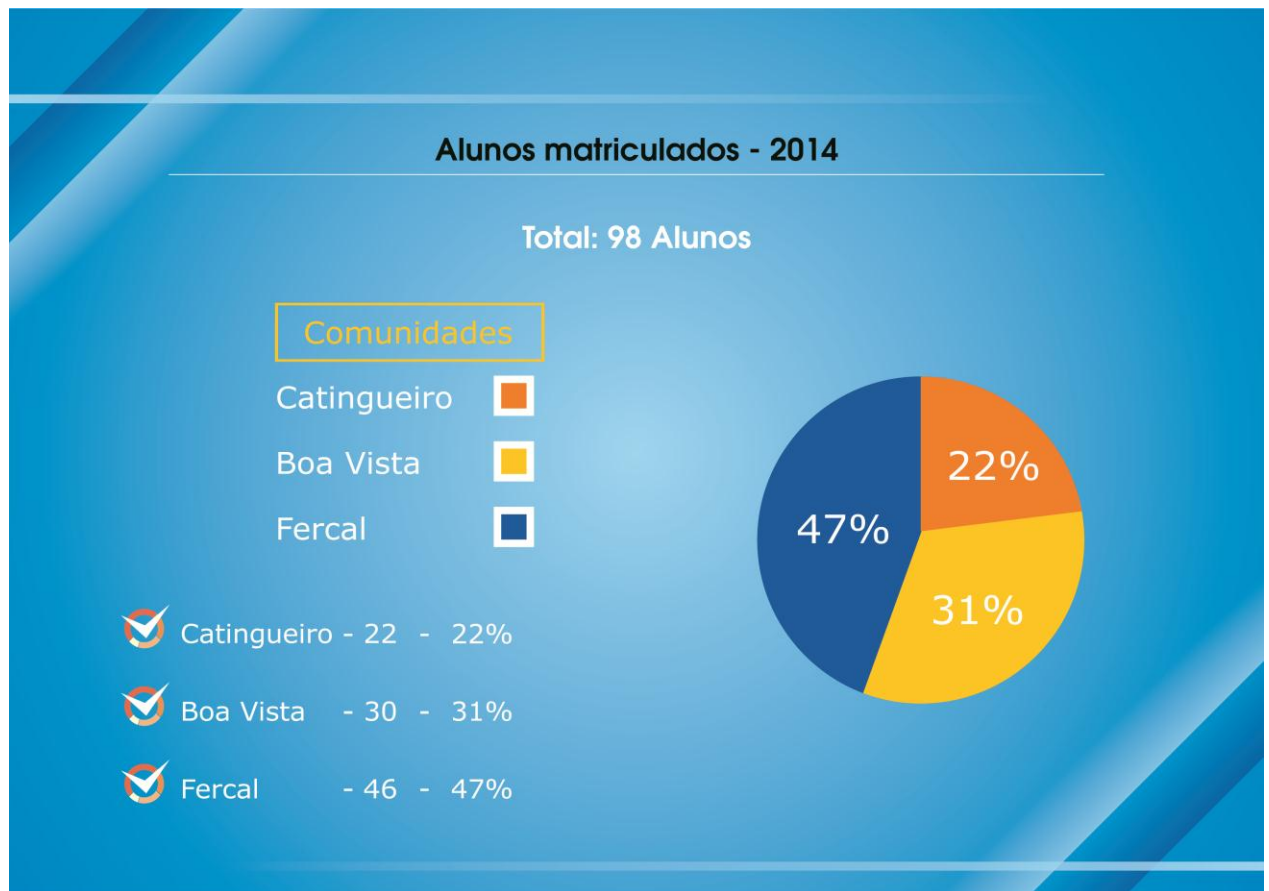
A Escola Classe Catingueiro é de pequeno porte, que atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais), funcionando nos turnos matutino e vespertino. Têm apenas três salas de aula, que comportam o 2º período da Educação Infantil, 4º e 5º anos no turno matutino; 1º, 2º e 3º anos do Bloco Inicial de Alfabetização no turno vespertino.

Atende a aproximadamente 100 alunos, oriundos da própria comunidade e ainda das comunidades da Boa Vista e Fercal, que estão divididos em seis turmas - Educação Infantil até ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 1 - Matrículas da Escola Classe Catingueiro

<b>Comunidade</b>	<b>Quantidade de alunos/matriculados</b>
Catingueiro	22
Boa vista	30
Fercal	46
Total	98

Fonte: Secretaria da escola Classe Catingueiro - 2014



Fonte: Secretaria da Escola da Classe Catingueiro – Ano 2014.

O espaço interno – pátio - da escola onde funciona o refeitório dos alunos, para o serve de espaço para atividades didáticas e pedagógicas: cívicas, culturais e recreativas.

A escola recebeu computadores e o mobiliário para instalação do laboratório de informática, porém não existe sala disponível. Também não dispõe de outros espaços para os alunos, como biblioteca ou videoteca, mas a escola conta com o salão da Associação de Moradores, o qual é utilizado para a realização das atividades lúdicas e recreativas, psicomotricidade, de reforço escolar e serve também como auditório em reuniões e sessões de filmes.

No ano de 2013 foi doada pelo morador vizinho uma área para instalação de um parque, com três brinquedos e construída a rampa de acesso.

Algumas práticas esportivas e eventos culturais são realizados na estrada e num terreno vizinho a escola. Outros eventos esportivos são realizados na quadra de esportes comunitária que fica a 1 km de distância.

A partir do ano de 2014 a escola desenvolve o Programa Mais Educação com a proposta pedagógica e didática da Educação Integral para as escolas do campo.



Gincana Ambiental – Semana do Meio Ambiente - 2014



A internet foi adquirida neste ano, através da instalação independente pela gestão escolar com a contribuição dos funcionários para facilitar no processo de gestão administrativa, pedagógica e didática.

### **1.3.3 Localização da Comunidade Catingueiro**

Localizada na zona rural da Região Administrativa da Fercal, a Comunidade Catingueiro está localizada às margens do Ribeirão Água Doce ou Cafuringa, na Zona Rural de Uso Controlado da Região Administrativa de Sobradinho, segundo o PDOT-DF, e nas zonas ZDAG I e II e ZPVS do Zoneamento Ambiental.

Esta pequena comunidade pertence à APA de Cafuringa (Área de Proteção Ambiental), a qual apresenta uma fauna fantástica, cheia de tucanos, periquitos, corujas, araras, cobras, seriemas e tantos outros, além de sua flora que apresenta diversas árvores, de galhos tortuosos e baixos, incluindo as frutíferas.



Atividade recreativa na mata ciliar do córrego ao lado da escola – Ano 2013

Antigamente conhecida por Fazenda do Buracão, recebeu o nome de Catingueiro devido a presença numerosa de uma espécie animal da família Cervídea, vulgarmente conhecido por veado catingueiro (*Mazama gouazoubira*).

O veado-virá ou catingueiro, como é conhecido apresenta geralmente a cor marrom acinzentada, cauda branca no lado inferior, chifres pequenos e simples, com cerca de 7 cm de altura e atrás dos olhos, e nos garrões possui glândulas de cheiro característico.

O nascimento é de um filhote por cria e este possui manchas, formando linhas longitudinais nos lados do corpo. Anda em lugares abertos e dentro da mata. É muito rápido, capaz de desenvolver boa velocidade quando perseguido. Em fuga, atira-se na água, nadando bem, o que serve para salvar a vida de alguns exemplares da perseguição assassina de cães de caça ou do próprio homem.

Esse animal encontra-se ameaçado de extinção por causa de sua carne saborosa, muito apreciada pelos caçadores. Na região, a existência de exemplares dessa espécie é rara. Os alunos narram fatos isolados de suas aparições e que, quando isso acontece, os animais são abatidos ou pela ação do homem ou pela ação de cães de guarda.

#### **1.3.4 Aspectos socioeconômicos**

O Núcleo Rural Catingueiro conta com 60 casas e aproximadamente 60 famílias, com população estimada em 300 habitantes. A Associação de Moradores já existe há mais de 23 anos e foi responsável por importantes conquistas da comunidade.

A maioria da população é absorvida pelo setor agrícola, onde a pecuária de leite e de corte, predominante, convive com a avicultura, a suinocultura e a horticultura. Os Programas de Extensão Rural da Emater/DF têm fomentado a formação de pequenas e microempresas na região.

Durante a segunda metade dos anos 90, o Programa de Agroindústria Familiar chegou a levar uma moradora e doceira da comunidade, a participar da Feira Industrial de Hanover, na Alemanha, como exemplo bem-sucedido do programa de verticalização da produção. Atualmente, destacam-se as micro indústrias de produção de alimentos e de doces caseiros, e pequenos abatedouros de aves e suínos.

Os serviços comunitários existentes resumem-se a escola e um posto de saúde aparelhado para o atendimento das ações básicas de saúde. Os casos mais delicados são encaminhados ao Hospital Regional de Sobradinho.

A limpeza das ruas e o recolhimento do lixo são garantidos que adotam o procedimento de coleta e recolhimento final por caminhão da empresa em dias definidos e anunciados pela empresa.

O abastecimento de água é feito por meio de poço artesiano, perfurado pela Caesb e localizado próximo à escola. Existem, ainda, algumas captações e derivações de drenagens perenes nos córregos da região.

Todas as residências são ligadas à rede de energia elétrica e as ruas da comunidade são equipadas com postes de iluminação pública. Nas proximidades da escola, foi instalado um posto telefônico (orelhão), utilizado por todos.

A comunidade possui duas vias de acesso, a partir da DF-205. As estradas vicinais são estreitas de terra e cascalhos.

#### **1.4 Área de Proteção Ambiental de Cafuringa**

As informações sobre a APA de Cafuringa foram extraídas do site do IBRAM e do Livro APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos hídricos do Distrito Federal ( SEMARH) e no site do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM).

A APA de Cafuringa está situada no noroeste do quadrilátero representado pelo Distrito Federal, aproximadamente entre 15°30' e 15°49' Sul e 47°50' e 48°12' Oeste. Limita-se a oeste e ao norte pelas divisas com os municípios goianos de Padre Bernardo e Planaltina de Goiás; ao sul, pela estrada Parque Contorno-EPCT (DF-001) e pela DF-220; e, finalmente, a leste, pelo Ribeirão Contagem e pela DF-150.

Seu território divide-se entre as regiões administrativas de Brazlândia e de Sobradinho, e a DF-170 é sua divida administrativa. Ocupa uma área de 46.510 hectares.

Criada pelo Decreto nº 11.123, de 10 de junho de 1988 e alterado pelo de nº 11.251 de 13 de setembro de 1988, ocupa área de 465,10 km<sup>2</sup> da zona nuclear do imenso bioma do Cerrado e é considerado, com toda a razão, a última fronteira natural deste quadrilátero.

O significa Cafuringa?

A palavra Cafuringa é africana, mas tem a interpretação brasileira. Pertencem a mesma raiz fonética de Cafuringa as palavras cafuné e cafungar. Cafuné – catação de piolhos – depois eroticamente mudado em carinho nos cabelos. Pertence-lhe o verbo cafungar, ou seja, catar ou aspirar pelo nariz rapé de tabaco ou de canabis.

O uso geral do termo cafuringar em matéria do século XVIII, época aurífera da região, era o método de minerar chamado “cafuringue”, cata apurada, difícil, quase que aspirada, de ouro em pequenas concentrações naturais.

A descoberta desses pequenos e – muitas vezes ricos mochões de ouro dependia até do olfato e do paladar no trato da terra mineralizada em ouro do que simplesmente da observação de estruturas geológicas em que o ouro concentra-se em veios ou piçarras aluvionares, como na maioria dos casos que havia.

Talvez se tenha dedicado ali ao cafuringue o Capitão Urbano do Couto Menezes, branco pobre, explorador respeitado que em algum dia anterior a 1750, fundou sua fazenda no rio do Sul e abriu suas lavras de cafuringue, associado provavelmente a negros livres, únicos capazes da intuição de mochões de ouro, conhecimento incomunicável se fossem negros cativos. Interessantes fundamentos para sociedades isoladas singulares.

A criação da APA de Cafuringa deve-se ao esforço político e interesse ambiental de Paulo Nogueira Neto, Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal – Sematec, no governo de José Aparecido de Oliveira.

O nome tradicional da região com a vegetação grandiosa e delicada era Vão do Buraco. Andando pelo seu centro, descobriu um ribeirão chamado Cafuringa (ou Água Doce), que por aceitação do nome do córrego, de origem africana, mesmo sem a aceitação da comunidade, a explicação da mudança do nome era como uma unidade ambiental poderia ser chamada de Buraco.

Em 1920, Gelmires Reis, registra em seu “Dicionário Geográfico do Planalto Central” dois córregos do Cafuringue, um próximo a Luziânia e o outro, aquele mesmo, junto ao Rio Maranhão.





Evento escolar nas águas do córrego vizinho a escola – Ano 2013

Constitui-se de duas grandes paisagens. A primeira é a região da chapada – Contagem, elevada sobre o nível do mar, em média 1200 metros, chegando a atingir os 1343 m, na Colina do Rodeador. A região representa o divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Tocantins/ Araguaia e do Paraná. Dessa chapada, onde os solos profundos armazenam as águas, tem o início os afluentes pela margem esquerda do Rio Maranhão. Em virtude do terreno acidentado com travessões, degraus e lajeados formaram-se as cachoeiras, saltos e rápidos. A região começa o grande mergulho dos cerrados em direção à planície amazônica.

Na região afloram colina e espigões, segundo os geólogos na região teve mares pretéritos, formando verdadeiros monumentos naturais com suas cavernas, dolinas e vales de vegetação deslumbrante.



## **CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Ao indagar o que é o campo, vem em meu pensamento não o romantismo de uma casinha branca ao pé da serra, com o galo cantando para despertar o sertanejo, levanta coa seu café no fogão a lenha, coloca sua enxada nas costas, vai para roça sem esquecer-se de pegar seu chapéu de palha... Enfim o estereótipo do lavrador, roceiro, sertanejo e outros termos.

No livro do MEC que faz parte da capacitação dos conselheiros escolar tem um volume que prioriza a Educação do Campo – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - Caderno 9, aborda de maneira clara e objetiva os aspectos educacionais que envolvem na gestão democrática nas escolas do campo.

Algumas indagações que são importantes para serem analisadas e discutidas pelos gestores, conselheiros, profissionais da educação, pais e responsáveis de alunos e demais integrantes da comunidade escolar, para compreender a realidade histórica, geográfica e cultural da unidade de ensino que está no campo.

### A. Concepção de Educação do Campo

- Qual a concepção de campo adotada no presente caderno?
- Como se apresenta a realidade social do campo?
- Qual a concepção de Educação do Campo no presente caderno?
- O que apontam as estatísticas atuais sobre a Educação do Campo?
- Quais as atuais políticas sobre Educação do Campo?

### B. Gestão Democrática

- O que compreende a democratização da educação?
- Quais elementos constituem uma gestão democrática?
- Quais mecanismos são próprios de uma gestão democrática?
- Como poderia ser a composição do Conselho Escolar na Escola do Campo?
- Quais as possíveis funções do Conselho Escolar na Escola do Campo?

### C. Qualidade Social – Projeto Político-Pedagógico

- Qual o sentido de qualidade socialmente referenciada no campo?
- Como se organiza a Escola do Campo?
- Como relacionar o papel do Conselho Escolar ao projeto político-pedagógico?
- Quais reflexões são relevantes sobre conteúdos e metodologias no PPP?
- Como encaminhar a organização das escolas e da sala de aula no PPP? (MEC, 2006, p.11)

## 1. Concepção de Educação de Campo

O termo Educação do Campo surge primeiramente como um conjunto de ideias, intenções, objetivos e expectativas de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiro, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, SECADI, MEC, 2012)

Ela se contrapõe à educação rural, ministrada na maioria das escolas rurais que percebia o campo como meio de mero produtor agrícola, onde para ter sucesso estudantil e ser alguém na vida, precisava deixar a enxada e sair para a cidade, abandonando suas raízes e seus valores culturais enterradas em seu torrão.

A escola rural fazia uso de uma educação muito mais voltada às populações urbanas, defendendo valores e crenças da sociedade urbana, com foco na indústria, que pregavam que a cidade era o melhor local para viver, promovendo o êxodo rural, pois ficando no campo, os moradores estavam sujeitos a trabalho árduo e sem expectativa de ser “alguém na vida”, sendo um pensamento ideológico presente nas falas dos pais e responsáveis dos estudantes residentes na zona rural.

A educação rural para Ribeiro (2012) que apresenta o verbete no Dicionário de Educação Campo antes da definição do termo identifica o sujeito que usufrui da proposta educacional rural, para essa definição recorre aos autores Petty, Tombim e Vera (1981) que tem a seguinte definição: “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento”, que para Ribeiro (2012) são:

os camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem o menores rendimentos por seu trabalho. Para esses sujeitos, quando existe escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (Ribeiro, 2012, p.293).

A educação rural era patrocinada por senhores de engenho, os fazendeiros, que contratavam o professor para lecionar diversas turmas de forma multisseriada, utilizavam métodos rígidos para exigir a disciplina e ter atenção dos estudantes através de castigos e agressões físicas e morais, não seguia um currículo formal, os livros didáticos continham conteúdos da cidade, a metodologia priorizava a cópia repetitiva sem nexo, sem contextualização, sendo valorizado e estimulado o método do decoreba.

Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemática simples, mesmo a escola multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais. (Ribeiro, 2012)

A escola era apenas uma ou duas salas, as carteiras padronizadas raramente existiam, em alguns casos, os alunos levavam sem próprio assento, num estilo de banquinho e/ou tamborete, que no final da aula cada estudante, tinha que trazer para casa. O material didático composto de livros em formato das cartilhas, reprodutoras de textos sem nexos e descontextualizados da realidade do campo, com uma proposta curricular que não possa ser dita como oculta e sim, bem explícita, porém não era criticada pela clientela, os moradores do campo,

essa opção não é uma questão de didática, de técnicas e maneiras de ensinar e aprender, nem de gestão, de condições de ensino ou de salário de professor, ou de condição econômica das famílias. É uma questão de filosofia e de ética, de opção política – é ideológica. Alguém, com uma determinada concepção de pessoa, de mundo, de sociedade, escolheu o currículo, programou os conteúdos, avaliou as funções, pôs nossas atitudes e ações, a sua concepção, a sua visão de mundo, de modo tão perfeito que, quem ensinava ou aprendia, pensava que estava fazendo melhor, o mais correto e o mais certo para os alunos e para a sociedade. Nunca questionou a respeito e, por isto, não descobriu suas falhas, tão pouco para outro caminho. (Moura, 1995).

Principalmente no Nordeste, durante décadas os alunos e alunas do campo eram apresentados aos seguintes valores como destaca Moura (2005):

que eles, para serem felizes, teriam de migrar para as cidades; que teriam de abandonar a agricultura para ter oportunidade na vida; que a agricultura era “o cabo da enxada”, era o trabalho penoso que seus pais realizavam, porque não sabiam ler; que deviam aprender bem, para não terminar a vida como seus pais; que ser do campo era coisa de matuto, brocoió, pé-rapado, ignorante; que o pessoal da cidade era mais inteligente, falava melhor, tinha vida melhor, pelo fato de viverem na cidade.

É perceptível como a escola do campo, com a perspectiva do ruralismo, desempenhou tão bem seu papel elitista e excludente, quem tem dúvida dos malefícios causados por essa proposta pedagógica cruel que roubou a identidade do cidadão do campo, deixou os com vergonha de seus pais e de sua comunidade e com baixa autoestima? “Da criança ao mais velho, a escola foi pensada, organizada, estruturada para desempenhar bem essa missão e o conseguiu. Passou tão bem que, mesmo quem não a frequentou, assimilou e aplica essa lição.” (Moura 1995).

A realidade inerte e opressora da educação do campo caracterizada pela ideologia do opressor perpetuava nas escolas rurais o

ponto de vista das classes dominantes, quanto menos as dominadas sonharem o sonho de que falo e da forma confiante como falo, quanto menos exercitarem a aprendizagem política de comprometer-se com uma utopia, quanto mais se tornarem abertas aos discursos ‘pragmáticos’, tanto melhor dormirão as classes dominantes. (Freire, 1997, p.92).

Para mudar o contexto, a partir da década de 1970, a luta por uma educação diferenciada nas escolas rurais passou a fazer parte das pautas de reivindicações dos movimentos sociais do campo, que lutavam pela terra, pelo trabalho e pela dignidade. Pois “sonho que sonha só é apenas um sonho... Mas sonho que sonha junto é realidade”, como afirmava Raul Seixas, que serve de trilha musical da transformação do mero sonho para a almejada conquista da almejada Educação do Campo de qualidade, justa, inclusiva e que tem as letras, palavras, frases, textos e pensamentos dos sujeitos campestres.

A promulgação da Constituinte de 1988 em seu artigo 205 apresenta que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Percebendo os direitos adquiridos nos artigos 208 e 210 da Constituição de 1988 as populações do campo com a representatividade dos movimentos sociais reivindicaram a efetiva concretização da Educação do Campo.

### **1.1 I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**

A mudança do contexto educacional do campo demonstra maior ênfase a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, na

cidade de Luziânia, em Goiás. Na ocasião foi reafirmada a luta para concretizar o projeto educativo da Escola/Educação no Campo e do Campo, com a proposta de prestigiar os conhecimentos formais e informais dos agentes /atores que compõem as comunidades rurais, agrovilas, de assentamentos, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e outras inseridas no campo, que almejam sonhar e concretizar o sonho de ser alguém na vida sem sair de seu torrão querido.

Os diversos movimentos sociais e acadêmicos CNBB, MST, UNICEF, UNESCO E UnB convergiram suas forças e pensamentos num mesmo propósito de mudar a realidade da educação do meio rural, como está registrado nos anais do documento embrionário da Conferência:

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo, como a parte atrasada e fora de lugar no almejado de modernidade. No modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade, e/ou diante de pressões sociais. (Conferência da Nacional: Por uma da Educação Básica do Campo, texto para debate, p.5)

As pressões emergentes dos movimentos sociais que clamavam por políticas públicas mais justas e menos excludentes eram liderados pelo MST que enfrentavam as forças antagônicas da elite ruralista, que precisava ver mais ainda aumentada o fluxo humano migratório campo-cidade, para concretizar mais ainda o domínio dos latifundiários em prol do mercado agroindustrial moderno, cruel, excludente e opressor.

O Encontro de Luziânia demonstrou que a resistência da população campesina contra as forças opressoras ruralistas estava atingindo um nível de organização de luta e de reivindicações para que o Campo seja visto como um meio de produção humana e cultural, onde os sujeitos sócio-históricos são perpetuadores dos valores morais, éticos e sociais de convivência com a terra e com todos os seres vivos e não vivos do campo, que precisam ser respeitados e motivados a permanecer no campo e ter oportunidade de promover o desenvolvimento sustentável de maneira digna, justa, pacífica e democrática.

Após quase duas décadas do marco referencial, percebe-se que o objetivo

principal da Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, que era ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país, foi atingido com êxito, porém não pode ficar estagnado o movimento de qualificar a educação do/no campo, pois os desafios e os problemas ainda são enormes e precisam ser enfrentados diariamente, que vão desde estrutura física das escolas, os livros didáticos descontextualizados, professores sem formação adequada, alimentação escolar insuficiente tanto em quantidade como em valor nutricional, transporte escolar com veículos em péssimas condições, enfim, a lista de problemas é extensa.

### **1.1.1 II Conferência Nacional por uma Educação do Campo**

Realizada em agosto de 2004, na cidade de Luziânia, Goiás, com a participação de mais 1000 participantes das mais diversos movimentos sociais, movimento sindical, organizações sociais de trabalhadores do campo e da educação, universidades e ONG's vinculados aos interesses das comunidades camponesas e as comunidades tradicionais, que perceberam e denunciaram as carências e as necessidades da educação como graves problemas da educação do campo e que continuam até os dias atuais:

- A falta de escolas para atender a todas as crianças e jovens;
- Falta infraestrutura nas escolas e ainda há docentes sem a formação necessária;
- Falta uma política de valorização do magistério;
- Falta de apoio às iniciativas pedagógicas;
- Os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos;
- Muitos jovens e adolescentes fora da escola;
- Altas taxas de analfabetismo;

Entre outros problemas que reafirmam a luta social por um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas específicas para sua população. (II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, 2004).

Com o lema “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!” demonstra a evolução da luta dos movimentos sociais pela educação como direito para todos os integrantes do campo e um dever do Estado, que garanta políticas públicas para a universalização de acesso e permanência na escola aos camponeses no local que mora ou próximo para que a educação seja garantida e a cultura seja respeitada e perpetuada com o passar das gerações.

No encontro os promotores e os apoiadores da causa da Educação do Campo

apresentaram suas intenções em um documento final que continha algumas reivindicações:

I - A universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas:

- Fim de fechamento arbitrário de escola, no campo;
- Construção de escolas no e do campo;
- Acesso imediato à educação básica (Educação infantil, fundamental e médio);
- Construção de alternativas pedagógicas que viabilizem com qualidade a existências de escolas de educação fundamental e de ensino médio no próprio campo;
- Políticas curriculares e de escolha e distribuição do material didático-pedagógico que levem em conta a identidade cultural dos povos do campo;
- Acesso às atividades de esporte, arte e lazer;
- Condição de acesso às pessoas com necessidades especiais.

II – Ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas:

- Interiorização de Ensino Superior, públicas, gratuitas e de qualidade;
- Formas de acesso não excludentes ao ensino superior nas universidades públicas;
- Cursos e turmas específicas para atendimento das demandas de profissionais do campo;
- (...)

III – Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente que priorize:

- Formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente;
- Formação no trabalho que tenha por base a realidade do campo e o projeto político-pedagógico da Educação do Campo;
- Incentivos profissionais e concurso diferenciado para educadores e educadoras que trabalham nas escolas do campo;
- (...)
- Garantia do piso salarial profissional do educador e da educadora do campo;
- Formas de organização do trabalho que qualifiquem a atuação dos profissionais da Educação do Campo;
- Garantia da constituição de redes: escolas, educadores e educadoras e de organizações sociais de trabalhadoras e trabalhadores do campo, para construção e reconstrução permanente do projeto político-pedagógico das escolas do campo, vinculando essas redes a políticas de formação de profissional de educadores e educadoras.

(...)

V – Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos: O campo tem sua especificidade. (...) Toda essa diversidade de coletivos humanos apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologias, valores,

culturas... A educação desses diferentes grupos tem especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e no projeto político-pedagógico da Educação do Campo, como exemplo a pedagogia da alternância. (II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, 2004).

As discussões, os debates e as ações políticas em prol da Educação do Campo convivem com constantes disputas políticas ideológicas entre os ruralistas e os defensores do campo:

De 2004 até hoje, as práticas de educação do campo têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituoso, das relações imbricadas entre campo, educação e políticas públicas. Houve avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção política-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação das diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de forças de cada momento. O enfrentamento das políticas neoliberais para a educação e para a agricultura continua como desafio de sobrevivência. (Caldart, 2012, p.260)

## **1.2 Educação do Campo – Políticas Públicas**

Em 2001, pela primeira vez, a Educação do Campo foi citada como política pública, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº36/2001), após a “demanda advinda dos diferentes movimentos sociais e educacionais existentes no campo, por uma política específica, há muito estava presente na pauta político-educacional de nosso país” (Silva, 2005, p. 35).

O Conselho Nacional de Educação discutiu e elaborou as diretrizes operacionais para a educação do campo visando resgatar e cumprir o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases vigente e seus respectivos incisos, que propõe medidas de adequação da escola à vida do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo que



foram instituídas com o propósito de construir e ressignificar a identidade da escola do campo nos diversos sistemas de ensino, como está exposto no Artigo 2º em seu parágrafo único da Resolução nº: 01, de 03 de abril de 2002:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002)

Para a efetiva e eficiente construção e a ressignificação da identidade da escola do campo é fundamental que o Projeto Político Pedagógico tenha em sua essência os saberes e os fazeres do campo como eixos norteadores, pois são transmitidos e perpetuados por gerações, cabendo aos integrantes da geração atual, perceberem que os ensinamentos, os valores tradicionais morais, éticos e sociais da comunidade sejam inseridos e desenvolvidos na proposta da escola, como propõe o artigo 4º da Resolução acima citada:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002)

A contextualização dos conhecimentos o ensino e aprendizagem dos saberes e fazeres do campo e no campo deve ser integrado com a pluralidade histórica e cultural da comunidade, sem deixar de lado os conhecimentos do núcleo comum exigido pelo MEC.

Art 5º - As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9396, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002)



Contação de história infantil – Ano 2013

### 1.2.1 Base Legal da Educação do Campo

A Educação do Campo está respaldada nos dispositivos legais, que são os seguintes:

- Constituição Federal de 1988: artigos 205, 206, 208 e 210;
- Lei n. 9394 de 20/12/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 10.172 de 09/01/2001, que institui o Plano Nacional de Educação;
- Parecer CNE/CP 09/2001 e Resolução CNE/CP 1, de 18/02/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CEB nº 36/2001, sobre Diretrizes Operacionais para a Educação

Básica nas Escolas do Campo; a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura plena de formação de professores da educação básica em nível superior;

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 28/04/2008 – Diretrizes Complementares de Educação do Campo;
- Parecer CNE/CEB nº 01/2006 – Dias letivos para aplicação da Pedagogia da Alternância nos centros Familiares de Formação por Alternância;
- Resolução/CD/FNDE nº 06, de 17/03/2009, que estabelece as orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência financeira suplementar aos projetos educacionais que promovam o acesso e a permanência nas universidades de estudantes de baixa renda e grupos socialmente discriminados;
- Resolução CNE/CEB nº 01/2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Resolução CNE/CEB nº 02/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
- Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica nº 7. 352, de 04/11/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do campo e o programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

### **1.3 Contexto Histórico da Educação do Campo**

Seguindo a análise do relatório do Parecer nº 36 de 04 de dezembro de 2001, a apresentação do termo e a concepção de Educação rural no decorrer da História da Educação Brasileira, a LDB 4024/61 menciona timidamente a preocupação do Estado em atender as populações rurais, dando a incumbência a empresas privadas como está citado no artigo 57 que demonstra preocupação com a formação dos professores que iriam lecionar nas escolas rurais, que “recomenda a realização da formação dos

educadores que vão atuar nas escolas rurais primárias, em estabelecimentos que lhes prescrevam a integração no meio” (Parecer nº 36, 04/12/2001).

No artigo 105 da mesma LDB é perceptível como o Estado não priorizava o atendimento a escola rural

a respeito do apoio que poderá ser prestado pelo poder público às iniciativas que mantenham na zona rural instituições educativas orientadas para adaptar o homem ao meio e estimular vocações e atividades profissionais”. No mais a Lei atribui às empresas responsabilidades com a manutenção de ensino primário gratuito sem delimitar faixa etária. (Parecer nº 36, 04/12/2001).

Ficando mais claro a responsabilidade das empresas agrícolas em oferecer o ensino primário gratuito sem limitação de idade:

Art. 31. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses. Com vistas ao cumprimento dessa norma, são admitidas alternativas tais como: instalação de escolas públicas nas propriedades, instituição de bolsas, manutenção de escolas pelos proprietários rurais e ainda a criação de condições que facilitem a frequência dos interessados às escolas mais próximas. (Parecer nº 36, 04/12/2001).

Na Lei de Diretrizes e Bases nº 5692 / 71 continua a indiferença dos governantes brasileiros em relação à população rural, com pouca mudança na formação do profissional e na adequação do calendário escolar em relação a datas sazonais das safras.

Os avanços significativos do atendimento a população do campo foram percebidos e conquistados com a promulgação da Constituição de 1988 em seus artigos 208 e 210 (procurar) e com a elaboração, aprovação e implementação da LDB 9394/96 como política pública educacional, que mudou os rumos da Educação do Campo, que são expostos no Art. 28, e em seus incisos, que demonstram que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A proposta educacional de valorizar a diversidade e a cultura dos sujeitos históricos do campo através da intencionalidade da aplicação do currículo que possa refletir os anseios e a pluralidade cultural das diversas populações que residem no campo, para que possam permanecer no campo com a perspectiva de desenvolver um projeto educativo voltado para o campo e suas particularidades, perpassa pelo comprometimento de todos os segmentos da comunidade escolar da unidade de ensino inseridos no campo.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) realizou o Panorama da Educação do Campo, em 2006, que apontou as principais dificuldades em relação às escolas do campo e ao desenvolvimento do meio rural:

a) insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; b) dificuldades de acesso dos professores e estudantes às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; c) falta de professores habilitados e efetivados, que provoca rotatividade; d) falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento; e) ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; f) predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; g) falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos estudantes e elevadas taxas de distorção idade-série; h) baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com o que atuam na zona urbana; i) necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural. (Taffarel, Júnior, 2011, p.187)

Em virtude da quantidade de alunos matriculados nas escolas do campo, principalmente as que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil são agrupados em turmas multisseriadas:

A organização por turmas multisseriadas (...) são formadas, sobretudo, em locais onde há poucos estudantes de cada ano/série. Em uma mesma turma são encontrados alunos com diferentes idades e diferentes etapas de escolaridade. (...) é um modelo que possibilita que comunidades pequenas, que tenham poucas crianças não tenham que se deslocar para regiões mais distantes. A permanência em seu próprio espaço favorece uma maior articulação com a comunidade. (PNAIC, Educação do Campo: Unidade 02, MEC, 2012, p.12)

Os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, na grande maioria, são transferidos para escolas do campo nucleadas, que são

(...) unidades educativas que reúnem estudantes de diferentes comunidades rurais, seja em estabelecimentos pólos, situados em zonas rurais, ou estabelecimentos em zonas urbanas que recebem estudantes residentes de zonas rurais.

Partindo dos princípios da educação do campo, tais escolas teriam a dificuldade de articular os conteúdos ensinados às vivências de cada estudante. Ressalva-se ainda que esta proposta depende de um amplo e adequado sistema de transporte escolar, o que na atualidade ainda é precário. (PNAIC, Educação do Campo: Unidade 02, MEC, 2012, p.13).

A realidade educacional da Educação do Campo retrata o atendimento aos estudantes e a população que vivem e trabalham no campo, que historicamente estão à mercê das políticas públicas, que mesmo com avanços existe um vácuo, um diferenciamento do olhar e do agir do Poder Público entre as escolas da cidade e as escolas do campo.

A desigualdade entre a população rural e a população urbana é apresentada por Taffarel e Júnior (2011, p.186), que demonstraram o perfil socioeconômico da população rural com os dados organizados pelo Inep, no ano de 2004:

(...) cerca de 30,8 milhões de cidadãos brasileiros viviam no campo em franca desvantagem social. (...) O desamparo e a vulnerabilidade da população do campo se refletem nos altos índices de analfabetismo e no baixo desempenho escolar: 25,8% da população rural adulta (de 15 anos ou mais) é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%. No que diz respeito ao Ensino Médio, entre jovens de 15 a 17 anos, quando considerada a taxa de frequência líquida, o quadro é muito crítico na área rural: pouco mais de um quinto dos jovens nessa faixa etária (22,1%) estão frequentando esse nível de ensino, contra 49,4% na zona urbana. Segundo o tipo de organização, temos 59% dos estabelecimentos rurais de ensino fundamental formado, exclusivamente, por turmas multisseriadas e unidocentes, as quais concentram 24% das matrículas. As escolas exclusivamente seriadas correspondem a cerca de 20% e concentram pouco mais da metade das matrículas (2.986.209 estudantes). As mistas (multisseriadas e seriadas) respondem a um quarto das matrículas (1.441.248 estudantes). Os professores da área rural enfrentam as consequências da sobrecarga de trabalho, da alta rotatividade e das dificuldades de acesso e locomoção. Além disso, recebem salários inferiores aos da zona urbana e estão entre os que têm menor nível de escolaridade.

Das dificuldades didáticas e pedagógicas encontradas nas escolas do campo e suas comunidades, que observo que interferem no processo de ensino e aprendizagem na Escola Classe Catingueiro, são inúmeras:

- A infraestrutura inadequada dos prédios escolares;



- A ausência de bibliotecas e laboratórios de informática;
- A ausência de áreas de lazer e recreação como quadra poliesportiva;
- O material didático, como o livro didático inadequado e quando tem é insuficiente para a quantidade dos alunos;
- O rodízio constante de professores a cada ano letivo, impossibilitando a formação de uma equipe docente durante dois ou três anos;
- Estradas cascalhadas, com buracos e sem manutenção periódica pelos órgãos públicos responsáveis, dificultando o acesso dos educadores, alunos e funcionários principalmente em épocas de chuvas;
- O transporte escolar precário, com ônibus em péssimas condições e irregular no atendimento a comunidade escolar;



Jogos Cooperativos – Ano 2013

#### 1.4 A Educação do Campo no Distrito Federal

A Educação do Campo no Distrito Federal como modalidade de educação básica

está em processo de construção, partindo das discussões e dos debates do Currículo em Movimento no decorrer do ano passado nos espaços-tempos pedagógicos das coletivas das escolas públicas, que foram compilados, organizados e publicados nos pressupostos básicos do Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Atualmente, segundo os dados da SEEDF, as escolas do campo são o universo de 75 escolas, sendo apenas sete de Ensino Médio e somente uma oferece Ensino Médio noturno. Educação de Jovens e Adultos é ofertada em seis escolas do DF.

Outro ponto que preocupante em relação à SEEDF é a definição do espaço campo e suas características específicas das escolas do campo, pois é perceptível como a nomenclatura e o entendimento se a escola é ou não é do campo, quando se percebe que escola que tem todas as características do campo, ou seja, atende estudantes oriundos do campo ou estão localizadas no campo não são vistas como escolas do campo enquanto outras que estão fora do espaço do campo são atendidas como escola do campo.

Ao Distrito Federal cabe elaborar sua Política Pública em consonância com os marcos legais, considerando a constituição histórica da relação entre urbano e rural no Brasil, e especificidades do território desta unidade da Federação.

O território rural do DF tem cerca de 250.000ha; 46% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares que produzem mais de 800.000 toneladas de alimentos por ano, apesar de 4% das terras. Espaço rural marcado por contradições dadas pela presença de seus atores: ruralistas, latifundiários, produtores familiares, camponeses com ou sem terra. (SEEDF, 2014, p.45)

A SEEDF pretender atuar e acompanhar na implantação e implementação das políticas públicas de Educação do Campo, através da apropriação e execução das diretrizes dos documentos legais citados, para que a construção e a ressignificação do Projeto Político-Pedagógico das escolas do campo possa consolidar os aspectos educacionais, pedagógicos, administrativos e financeiros na proposta pedagógica e didática com os objetivos de valorizar, reconhecer os saberes e fazeres do campo como principais eixos norteadores da Educação do Campo que estão inseridas na zona rural do território distrital.

A contextualização dos conteúdos curriculares nacionais deve ser discutida com



a comunidade escolar, cabendo aos educadores sentirem-se pertencentes aos anseios da escola em que está trabalhando, percebendo que os saberes e fazeres pedagógicos do campo possa e deve ser inseridos no planejamento escolar, para que todos fiquem à vontade de participar das ações da escola, pois percebe que a instituição comunga do mesmo propósito de qualificar a Educação no Campo.



Sala de aula da Educação Infantil – Ano 2014.

## Capítulo 2 - GESTÃO DEMOCRÁTICA: A RESSIGNIFICAÇÃO do PPP

A gestão democrática nas escolas públicas perpassa por momento de consolidação, com a maior participação e envolvimento dos segmentos que compõem a comunidade escolar: gestores, professores, alunos, pais e responsáveis, funcionários do administrativo e de apoio, representantes da sociedade como associações comunitárias, igrejas, empresas e demais parceiros.

O conceito de gestão democrática perpassa por discussões a partir do momento que os segmentos da comunidade escolar apoderam dos mecanismos legais vigentes e respaldados na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que foram adentrando nas discussões informais e formais do cotidiano escolar, percebendo que os valores da participação, autonomia, transparência e pluralidade são norteadores para a construção da escola na perspectiva democrática mesmo na sociedade que vive uma fase de crise na identificação e/ou deturpação dos valores sociais, morais, éticos e cidadãos. Gadotti (1994) discutiu que essa crise atinge a escola que para ele é definida como crise paradigmática:

A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela autonomia contra toda forma de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc. A multiculturalidade é a marca mais significativa do nosso tempo. (Conferência Nacional de Educação para Todos, 1994)

A escola pode prestigiar, valorizar e apropriar-se da pluralidade cultural percebendo que as diversas facetas culturais que compõem a comunidade escolar são imprescindíveis na formação da identidade escolar.

A autonomia e a gestão democrática são concepções indissociáveis. Para Gadotti (1994), esses conceitos fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. Portanto, cabe a todos os segmentos representados na gestão democrática sentirem-se responsáveis em promover a conquista da autonomia da unidade de ensino com a construção ou a ressignificação do Projeto Político-Pedagógico valorizando assim a diversidade da comunidade escolar.

Os princípios da gestão democrática da Lei 4.751 de 07 de fevereiro de 2012, que incentivam, promovem e garantem a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões administrativas e pedagógicas da escola do campo.

Contudo, para alcançar esse objetivo na escola do campo, é preciso alterar a organização do trabalho pedagógico, rompendo com os mecanismos de subordinação da escola tradicional e instaurando processos pedagógicos participativos, tornando possível que a escola seja capaz de trabalhar, viver, construir e lutar coletivamente, para que as crianças, jovens e adultos possam organizar suas vidas e a vida coletiva. Assim, a escola estará construindo cidadania, direitos e protagonismo, o que se faz nas relações cotidianas e não pelo verbalismo. Tais processos pedagógicos participativos permitirão aos estudantes que participem da gestão da sala, da escola e da sociedade, vivenciando desde o interior da escola formas de trabalho democráticas de trabalho que marcarão profundamente sua formação. (SEEDF, 2014, p.46-47)

Na perspectiva de construção da identidade da unidade de ensino, através da autonomia, o gestor escolar está respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96, em seu Artigo 15, que concede à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

A construção e/ou a resignificação do Projeto Político Pedagógico é respaldada na LDB citada que ressalta a importância desse instrumento em diversos artigos:

- O artigo 12, em seu inciso I, dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- O mesmo artigo, no inciso VII define como incumbência da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.
- As incumbências dos professores aparecem no artigo 13, que são participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (inciso I) e elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino ( inciso II).
- Os princípios da gestão democrática, sendo o primeiro deles a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, estão destacados no artigo 14.

Na realidade educacional do Distrito Federal a Lei 4.751/ 2012 em seu Artigo 4º apresenta que cada unidade escolar deve formular e implementar seu Projeto Político-Pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. No Parágrafo Único, ressalta que cabe a unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade

escolar, articular o Projeto Político-Pedagógico com os planos nacional e distrital de educação.

Para que o processo democrático possa ser garantido é necessário que o gestor seja capaz de promover ambiente e tempo para possibilitar que todos os segmentos representativos da comunidade escolar possam ter direito a vez e voz para discutir, refletir e definir as tomadas de decisões para concretizar o processo de construção e/ou ressignificação do Projeto Político-Pedagógico da escola do campo, ou seja, é importante que todos os atores da gestão democrática possam participar de momentos de diálogo, sentindo-se corresponsáveis da transformação da realidade escolar.



I Encontro do Grupo de Trabalho – 21 de maio de 2014

A participação da comunidade escolar é um dos elementos imprescindíveis da Gestão Democrática que deve permear todo o processo de construção e/ou ressignificação do Projeto Político-Pedagógico como apresenta a Lei 4.751/2014 que considera:

- a) a existência de diferentes sujeitos sociais ativos na escola; b) que os sujeitos influenciam e são influenciados nos diferentes espaços de debate; c) que a construção da identidade da escola é resultante das intervenções dos diferentes atores sociais; d) que a escola é um espaço vivo de debate dos desafios e das alternativas para o seu enfrentamento.

Como enfatizou Gadotti (1994) que demonstrou duas razões que justificam a implantação do processo de gestão democrática na escola pública:

1ª- porque a escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também a comunidade que a mantém.

2ª- porque a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; propiciará um contato permanente entre os professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

O Projeto Político-Pedagógico para Veiga (2002) tem a ver com “a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade.”

A construção e/ou a ressignificação do Projeto Político-Pedagógico é um momento importante para desenvolver o diálogo coletivo dos segmentos da comunidade escolar, que possam avaliar as potencialidades e as fragilidades de diversos aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e jurídicos da unidade de ensino.

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (Veiga, 2002)

O Projeto Político-Pedagógico se configura como um projeto em movimento, flexível, que segue a perspectiva dialética da ação-reflexão-ação, que prioriza a avaliação constante, onde todos os segmentos da comunidade escolar possam redefinir as tomadas de decisões e traçar o caminho para alcançar a qualidade da educação nas escolas do campo, como afirmou Casali (2005), citada pelo MEC (2006, p.69):

Ao colocarmos, com certa urgência, a necessidade de um projeto político-pedagógico de Educação do Campo, afirmado por uma política pública que busque realmente expressar a realidade camponesa o acúmulo de experiências de educação popular, construídas e acumuladas (...) onde muita gente aprendeu a ler e a escrever a partir das lendas dos povos, leituras de mundo das famílias camponesas. Entendemos que é preciso desentulhar todas as experiências que foram registradas e engavetadas e transformá-las em referenciais para o projeto de Educação do Campo que estamos construindo. Fazem parte deste patrimônio as pedagogias que buscaram incluir o ser humano como sujeito e que muito contribuíram nas trocas de saberes entre trabalhadores e trabalhadoras.

A construção e/ou ressignificação do Projeto Político-Pedagógico da escola do campo perpassa por uma prática democrática que respeite as especificidades dos sujeitos que vivem no campo e compreenda que os saberes, os fazeres camponeses são alicerces da construção política-pedagógica do projeto transformador da Educação do Campo.

## CAPITULO 3 - COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Ao conhecer a realidade e a estrutura da unidade de ensino, participando do Curso de Especialização em Gestão Escolar que tem a proposta de contribuir com a transformação do contexto organizacional da unidade de ensino, percebi que a pesquisa-ação pode ser um importante instrumento social de transformação, para a comunidade escolar.

De acordo com Thiollent (2005) uma das possíveis definições para a metodologia de pesquisa, a

pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.(p.18)

Partindo dessa definição é que foi feita a escolha da metodologia do processo de pesquisa-ação, que tem o intuito de investigar quais são os desafios das escolas no campo na construção e/ou na ressignificação do Projeto Político Pedagógico com a incorporação dos saberes e os fazeres do campo com a efetiva participação da comunidade escolar.

O motivo da escolha da pesquisa-ação para nortear o trabalho acadêmico é por não querer ser um mero e externo pesquisador, e sim, contribuir de maneira significativa com o processo de construção e/ou ressignificação do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo, com a incorporação dos saberes e fazeres do campo, possibilitando e promovendo a participação da comunidade escolar, sendo parte integrante e corresponsável pelo momento sócio histórico crucial da Educação do Campo. Pois como afirmou Thiollent (2005)

Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Sem dúvida, a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas da situação investigada que seja do tipo participativo. (p.18-19).

A participação do pesquisador na pesquisa-ação não é só seguir os limites acadêmicos e burocráticos que é respeitado nas pesquisas acadêmicas, que provoca



um distanciamento entre o objeto pesquisado e o pesquisador, mas sim o engajamento do ser cientista no universo que está sendo pesquisado, que intrinsecamente permeará nas entranhas do problema, percebendo as causas e as possíveis soluções para solucioná-lo.

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem nas quais as pessoas implicadas tenha algo a “dizer” e a “fazer”. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (Thiollent, 2005, p.18).

Para concretizar a pesquisa-ação como estratégia metodológica em caráter de pesquisa social seguiu os principais aspectos apresentados por Thiollent (2005):

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. (p.18-19).

A abordagem da pesquisa-ação é qualitativa, pois os dados descritivos mediante contato direto e promovendo a interação com o objeto de estudo. Ao entender os fenômenos estudados observando, analisando e interpretando os dados com o intuito de promover os espaços-tempos para os participantes da pesquisa-ação sentirem-se responsáveis com as tomadas de decisão para transformar a realidade da unidade de ensino na perspectiva da Educação do Campo.

Os instrumentos para desenvolver a pesquisa-ação serão:

- Observação participante;



- Análise de documentos como o PPP da escola, PDE da escola, regimento escolar, planos bimestrais e ou projetos de aprendizagem, livro de atas do conselho escolar, pedagógica e os outros documentos existentes na escola;
- Reunião com os representantes dos segmentos da comunidade escolar;
- Entrevista com a gestora;
- Formação do Grupo de Trabalho (GT) permanente para a construção do PPP;
- Questionários com questões objetivas e subjetivas para o corpo docente e os responsáveis dos alunos;
- Seminários.

A amostra da pesquisa será composta de representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, como a população que compõe a comunidade escolar é relativamente pequena, em torno de setenta famílias, ou seja, setenta pais e/ou responsáveis, seis professores, um diretor, um vice-diretor, três funcionários da carreira administrativa, cinco representantes do conselho escolar, sendo apenas dois que não fazem parte dos segmentos anteriormente citados.

Os espaços-tempo foram organizados nos seguintes momentos:

- A análise dos documentos na escola e da SEEDF;
- Reunião com a equipe gestora para discutir, analisar e definir as estratégias da construção do PPP;
- Reunião com as professoras – na coletiva (quarta-feira) para iniciar o processo de sensibilização do processo de construção do PPP com a equipe docente;

### **1. I Encontro do Grupo de Trabalho – dia 21 de maio de 2014**

A reunião com os responsáveis dos alunos – Dia Letivo Temático – 21 de maio - destinado ao Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar – com a presença da equipe gestora, representantes do Conselho Escolar, de pais e responsáveis de alunos e representante da CRE de Sobradinho com a coordenação e mediação dos trabalhos

de minha pessoa para a discussão da proposta da construção coletiva do PPP, formação do GT (Grupo de Trabalho) com os presentes.

As pessoas ficaram em formato de círculo, foram sendo motivados a responder todas as perguntas, sendo o processo de entrevista, um bate-papo informal e ao mesmo tempo muito formativo, onde cada entrevistado apresentou suas observações de maneira espontânea e respeitando as opiniões de todos os presentes.



I Encontro do Grupo de Trabalho – 21 de maio de 2014

O mediador em processo de rodizio perguntou a indagação, sem interferir deixou que o participante opina-se e em seguida registrou as opiniões apresentadas que servirão de base para a construção do Projeto Político-Pedagógico coletivamente no segundo semestre do ano vigente.

O questionário da entrevista teve perguntas subjetivas para a sensibilização dos pais e responsáveis dos alunos que foram as seguintes e as respectivas opiniões:

**a) Já ouviu falar no Projeto Político Pedagógico – PPP?**

- Já ouvi falar mas não sei o que é o PPP:

Foi respondida por 10 presentes. Sendo 62 % dos entrevistados.

Não sei o que é nunca ouvi falar:

Foi respondida por 06 presentes. Sendo 38% dos entrevistados.

**b) Qual o principal motivo para matricular o filho na escola?**

- Mora na comunidade – 08 – 50% dos entrevistados;
- Por te chegado de outro estado brasileiro, conseguiu trabalho como caseiro em uma chácara na comunidade – 01 – 6%.
- Falta de vagas na escola da comunidade em que residem – 05 – 32%
- Por causa do ônibus escolar exclusivo da escola – 01- 6%
- Transferido para acompanhar a professora – 01 – 6%

Com essa pergunta o mediador, percebeu que a metade dos participantes presentes é moradores da comunidade do Catingueiro, mesmo assim o que chamou atenção foi o depoimento de uma mãe, que veio morar na comunidade, a filha no ano passado estudava em uma escola particular e mesmo morando na comunidade, o motivo inicial foi à escola na proximidade, entretanto ao avaliar o acompanhamento da professora da turma de Educação infantil com dedicação e interesse em lecionar à sua filha e por isso é outro motivo de matriculá-la na escola. Outra responsável, uma avó de quatro netos, que veio da Bahia no ano passado e mesmo mudando da comunidade continua com a família, por dois motivos: um a qualidade da educação transmitida na escola e outro por valorizar a educação do campo.

**c) Cite um ponto positivo/ potencialidade da escola.**

As potencialidades da escola serão apresentadas com a fala dos responsáveis:

Para o Responsável 1 afirmou que um ponto positivo da escola é o “ tratamento dos professores, servidores como os alunos.”

A Responsável 2 que mora na comunidade do Catingueiro vindo da cidade de Sobradinho, onde sua filha estudou no ano passado numa escola particular afirmou:

A atenção das professoras foi um dos motivos. Venho da cidade, onde matriculei a minha filha em uma escola particular, percebi a diferença, mesmo com pouco tempo, que nesta escola a professora dá mais atenção a minha filha e educa com mais carinho.

Seguindo o mesmo pensamento, o Responsável 3 que matriculou o filho a primeira vez na escola, mesmo morando em outra comunidade afirmou: “Os meus sobrinhos estudaram na escola, fui informado sobre a aprendizagem, a segurança e os professores serem carinhosos e prestativos com eles, decidi matricular meu filho aqui e estou satisfeito.”

O Responsável 4 morador da comunidade do Catingueiro desde o nascimento valorizou a escola relatando assim:

O ambiente de aprendizagem é bem desenvolvido, os professores são dedicados, acompanham a aprendizagem, também a minha família estuda na escola há três gerações. Fui aluno, meu filho estuda e meus vários primos já estudaram.

Outros responsáveis apresentaram os motivos que escolheram a Escola Classe Catingueiro para matricular seus filhos, que são os depoimentos a seguir: “O acompanhamento das professoras” (Responsável 5), “O carinho das professoras com os alunos, motorista e monitora.” (Responsável 6). “Tudo que a escola faz é com carinho, a minha filha gosta de vim para a escola.” (Responsável 7). “As professoras tratam os alunos bem, estou muito feliz por isso.” (Responsável 8). “O aprendizado das formas de ensinar produtivo para os filhos”. (Responsável 9). “Não tenho que reclamar, participei da eleição da diretora e os funcionários são dedicados”. (Responsável 10). “O carinho da professora de Educação Infantil é grande conquista para minha filha”. (Responsável 11). “Os ensinamentos são bem avançados, minha filha mesmo com pouco tempo na escola, já sabe escrever de forma e de mão (cursiva)”. (Responsável 12).

O espaço da escola que é cercado, com portão monitorado por vigilante durante o período das aulas foi lembrado pela Responsável 13: “O espaço é seguro, os alunos entram e só saem quando vão embora”. A mesma ainda demonstra a importância da Educação do Campo para contribuir com a educação formal e informal de seus netos, quando afirma que: “Mesmo saindo para morar em outra comunidade preferi matricular meus quatro netos na escola, pois gosto da escola do campo e eles aqui são bem tratados”.

O momento foi importante para reconhecer as potencialidades da Escola Classe Catingueiro a partir das observações dos responsáveis com a mediação do coordenador, que possibilitou que os presentes expressassem suas opiniões com tranquilidade e sem pressão, num bate-papo espontâneo.

**d). Cite um ponto negativo/fragilidade da escola:**

O quarto momento do Encontro foi à observação dos responsáveis partindo das fragilidades da escola, sendo importante para reconhecer os pontos negativos dos diversos setores da unidade de ensino nos aspectos pedagógicos, administrativos, estrutura física, transporte escolar e o atendimento dos funcionários e da equipe docente para com os alunos e com os responsáveis possibilitando a equipe gestora, o grupo de trabalho e os demais componentes da comunidade escolar possam discutir, analisar, decidir e definir as possíveis decisões para transformar a realidade apresentada no diagnóstico.

Dando início, as três responsáveis que tem filhos na turma do 5º ano do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais iniciaram essa etapa, demonstrando preocupação com o processo de aprendizagem, pois percebem que os estudantes não estão com as habilidades e competências mínimas para seguirem para o 6ºano, principalmente na leitura e na escrita, sendo motivo de discussão mais acalorada dos responsáveis e sugeriram aula de reforço na Educação Integral e mais dever de casa.

O mediador argumentou a dedicação de todos os envolvidos desde a equipe gestora, coordenação, professora e família para que no segundo semestre possam ser

desenvolvidos os projetos de reforço escolar e de conhecimento da rotina do 6º ano com a parceria do CED da Fercal, unidade de ensino que recebe a maioria ou a totalidade dos estudantes oriundos da escola, para serem inseridos no PPP e contribuir com a aquisição das habilidades e competências exigidas para seguirem os estudos no 6º ano do Ensino Fundamental dos Anos Finais.

Aproveitou a oportunidade para demonstrar a importância da participação de todos segmentos da comunidade escolar na construção do PPP, que os pontos positivos e os pontos negativos em diversos aspectos pedagógicos, financeiros e administrativos para que o coletivo escolar possa discutir, analisar e apresentar as possíveis soluções, definir as ações e as tomadas de decisões, os respectivos responsáveis e avaliar os resultados apresentados e assim consequentemente atingir a educação de qualidade almejada por todos envolvidos.

Seguindo o diagnóstico das fragilidades, o mediador conversa com os outros responsáveis apontam que a comunicação entre escola e a família está precisando melhorar, pois as informações importantes, como reposição de aula num sábado letivo foi feita no decorrer da semana e depois não teve aula e não foram avisados da mudança repentina, causando transtornos para a família. Outra responsável de estudante apresentou a falha na comunicação entre os servidores da vigilância e a gestão, como um ponto negativo, pois o vigilante não conseguem informar a quem chega na escola sobre a rotina da escola.

Outra responsável informou que um ponto negativo da escola foi o tratamento de bullying que a filha sofreu de uma funcionária. A mãe contou que a estudante chegou em casa chorando ao relatar o episódio onde a funcionária ao distribuir a merenda, sugeriu que invés de merendar a mesma poderia fazer um regime, lanchar menos, porque estava gordinha. Enquanto relatou os presentes ficaram quietos e ao terminar a mãe estava em prantos.

O coordenador-mobilizador solicitou aos responsáveis se mais alguém teria um relato semelhante a citar, havendo um silêncio na plenária. Seguindo a mediação, demonstrou a necessidade dos responsáveis informar a equipe gestora quando

acontecer um episódio desta natureza para que não se repita e trazendo mais constrangimentos a outras crianças.

Reforçou que a participação da comunidade escolar na construção do PPP é de suma importância para que todos possam ter vez e voz nas tomadas de decisões e para exemplificar apresentou o episódio citado como uma fragilidade da equipe de funcionários de apoio que pode interferir no processo de aprendizagem e causando até a evasão dos estudantes. Sendo apontado o ponto negativo, surge a necessidade de discutir o problema, definir as tomadas de decisões para solucioná-lo e quem será o responsável para desenvolver as ações.

A coordenadora intermediária contribuiu ao informar que na equipe dos coordenadores da CRE existem pessoas que possam ministrar uma palestra sobre os direitos humanos enfatizando o respeito pelas diferenças.

O coordenador-mobilizador agradeceu a parceria e que é imprescindível para qualificar a construção do PPP e que as ações desse tipo deverão ser incorporadas na proposta curricular da escola.

Para encerrar o Dia Temático, o transporte escolar por ser exclusivo o atendimento aos estudantes foi analisado, onde os presentes opinaram satisfatoriamente em relação ao serviço prestado pelo motorista e a monitora que são atenciosos e carinhosos, porém o que dificulta a chegada à escola e no retorno em casa é a situação precária da estrada com buracos e com cascalho que nos períodos de chuvas o trajeto fica escorregadio e perigoso, sendo motivo de preocupação para todos envolvidos, principalmente as famílias que ficam apreensivas com a ida e a volta a escola.

É preocupante também que dependendo da quantidade de chuva e da situação da estrada não tem aula nos dias chuvosos, prejudicando aos estudantes, sendo uma situação a ser discutida a reposição dos dias que não teve aula, pois é um problema, que precisa ser amenizado e incorporado nas ações propostas do PPP da escola presente no campo.

O coordenador-mobilizador propôs uma ação imediata de responsabilidade da gestão escolar em redigir um abaixo-assinado com as assinaturas dos responsáveis para ser encaminhado a Administração da Fercal reivindicando a melhoria da estrada antes do período chuvoso e assim não prejudicar a presença dos estudantes na escola no final do ano letivo, momento crucial para todos os estudantes. A ação teve o consentimento de todos os presentes, que será realizada na segundo semestre do ano vigente.

Em tempo, percebendo o interesse dos presentes participando das discussões e das tomadas de decisões em prol da qualidade do ensino e da aprendizagem da escola do campo, o coordenador-mobilizador convida os presentes a participar do Grupo de Trabalho (GT) da construção do PPP e que seguirá as atividades na semana seguinte, no dia 28 de maio, para continuar a explanação do PPP e servirá de diagnóstico para que o responsável da mobilização perceba o conhecimento prévio que cada representante /segmento da comunidade escolar tem sobre o documento-identidade escolar.

### **1.1 II Encontro do Grupo de Trabalho – dia 28 de maio de 2014**

No segundo encontro em formato de seminário com a presença de doze (12) participantes, sendo a diretora, vice-diretor, uma professora, duas funcionárias da carreira assistência, um monitor da Educação Integral, seis mães de estudantes e o coordenador pedagógico/mobilizador do PPP. Entre os presentes existiam quatro conselheiros escolar: gestora, carreira magistério, carreira assistência e pais.

Para iniciar o coordenador/mobilizador apresentou ao GT (Grupo de Trabalho) a composição do Coletivo da Escola, que também é chamada de Comunidade Escolar, que é formada pelos gestores, professores, alunos, pais e responsáveis, funcionários administrativos e de apoio e representantes da comunidade.

Na sequência da proposta, o coordenador esclareceu de maneira sucinta para facilitar o entendimento e reconhecimento da importância do Projeto Político-



Pedagógico, que é o documento-identidade da unidade de ensino, que traz em seu cerne as particularidades da escola em consonância dos princípios do PPP:

- Autonomia;
- Democratização do acesso e da permanência com sucesso do aluno na escola;
- Gestão democrática;
- Organização curricular;
- Qualidade de ensino;
- Relação entre escola e comunidade;
- Valorização dos profissionais da Educação.

Em seguida apresentou as Dimensões: Pedagógica, Administrativa, Financeira e Jurídica relacionando as respectivas dimensões com exemplos para que todos os presentes compreendessem a estrutura e a composição do Projeto Político-Pedagógico.

O coordenador/mobilizador para dinamizar o trabalho solicitou aos participantes a organizarem-se em duplas, para discutir e apresentar a plenária as reflexões das seguintes questões:

1. Que tipo de Educação deseja para a Escola?
2. Que tipo de Escola deseja?
3. Quais os problemas da escola?
4. Quais os pontos positivos/as potencialidades da escola?
5. Quais os pontos negativos/as fragilidades da escola?

As reflexões das equipes apresentadas para a plenária foram as seguintes:

#### **A. Educação que deseja para a Escola:**

- Educação mais completa e moderna;
- Educação que se preocupa em ensinar;
- Não diminua ou exclua os conteúdos previstos e que são direitos dos estudantes;
- Valorize a transmissão de conteúdos e favoreça a aprendizagem;

- Resgate os valores: respeito aos professores, aos mais velhos, as pessoas com deficiência e aceite as diferenças;
- Forme cidadãos conscientes de seu papel dentro da sociedade, respeitando as normas, cumpridores de seus deveres, sabedores de seus direitos e respeitando o direito dos outros;
- Forme cidadãos participativos, críticos e atuantes na comunidade e na sociedade;
- Desenvolva o estudante de forma ampla;
- Prestígie as crianças a sentirem-se com autoestima elevada e com segurança para comunicar-se com outras pessoas.

**B. Tipo de Escola que deseja:**

- Interativa;
- Espaçosa;
- Mais moderna;
- Inclusiva;
- Democrática;
- Crítica;
- Comunicativa com os pais e responsáveis;
- Participativa com a união entre pais, professores, alunos e comunidade;
- Tecnológica;
- Atenda as necessidades básicas para o desempenho das atividades pedagógicas e didáticas para a aprendizagem do aluno;
- Aparelhada com espaços adequados para as crianças brincar e aprender: parquinho, biblioteca, laboratório de informática, espaços de lazer e recreação.

**C. Os problemas da escola:**

- Ambiente inadequado para acessibilidade (falta de rampas, corrimão, banheiros adequados e piso menos escorregadio ou com proteção antiderrapante.)

- Ausência de espaços para novas oportunidades didáticas, pedagógicas e recreativas: biblioteca, laboratório de informática, parque infantil e quadra poliesportiva;
- Ausência de sala e banheiros para servidores;
- Ausência de almoxarifado;
- Acesso pela estrada;
- Comunicação ineficiente entre escola e responsáveis;
- Falta de valorização da equipe institucional;
- Rodízio de professores.

**D. Os pontos positivos/potencialidades:**

- Os aspectos pedagógicos;
- O educar e o cuidar;
- A quantidade de alunos;
- Equipe (gestora, docente e funcionários) dedicada e organizada;
- A organização da escola;
- Atendimento aos pais com atenção e com respeito;
- Tratamento dos funcionários com as crianças.

**E. Os pontos negativos/fragilidades:**

- Aprendizagem insuficiente para os estudantes do 5ºano;
- Poucas atividades práticas com a proposta de Educação do Campo: horta, preparação de alimentos, cultura local e Educação Ambiental interativa;
- Poucos projetos pedagógicos de leitura e escrita;
- Inexistência de biblioteca, laboratório de informática, parque e quadra poliesportiva;
- Espaço inadequado para a Educação Integral;
- Ausência de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais e com locomoção limitada;
- Comunicação ineficiente entre escola e pais;
- A estrada;

- Transporte escolar;

A interação, a discussão e a reflexão dos temas propostos entre os participantes proporcionaram uma gama de opiniões, às vezes divergentes, mas que convergiram principalmente em relação aos valores, os saberes e os fazeres do Campo.

Os participantes compreenderam que as dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica se inter-relacionam para atingir o objetivo primordial que é a qualidade da educação.

Os diversos aspectos históricos, econômicos, culturais, desenvolvimento sustentável da comunidade que está inserida num área de proteção ambiental, a APA de Cafuringa, devem ser inseridas no Projeto Político-Pedagógico sendo necessário que os diversos atores-integrantes da comunidade escolar, não apenas como um mero e coadjuvante que apenas ouve e acata as decisões da equipe administrativa e pedagógica, mas que tenham vez e voto nas tomadas de decisões, que possam ter o sentimento de pertencimento do projeto de transformação da realidade da escola e sentirem-se corresponsáveis pela conquista da qualidade da educação.

O coordenador/mobilizador para contribuir com a discussão dos participantes observou que a Escola Classe Catingueiro é um orgulho sociocultural da comunidade, que funciona há mais de 40 anos, inserida na APA de Cafuringa, está cercada de vegetação do Cerrado, com a fauna rica e variada, incrustada em um vale, próximo de dois córregos, os donos das chácaras moram há muito tempo na comunidade, são conscientes da preservação ambiental, pois não desmatam sem necessidade e nem poluem as águas fluviais.

A Educação do Campo sendo uma conquista sócio-histórica para os integrantes das comunidades tradicionais como os quilombolas, ribeirinhos, indígenas e os que moram nas APAs percebem e pretendem exigir que os saberes e os fazeres do campo sejam incorporados no Projeto Político-Pedagógico e que os avanços tecnológicos, como o laboratório de informática e o acesso a internet são direitos educacionais, por isso necessitam estar presentes nas escolas do campo para qualificar o processo de

ensino e aprendizagem e assim incluir os estudantes no mundo virtual e digital para que possam sentir-se preparados em seguir os estudos e almejar conquistas acadêmicas como os adolescentes e jovens da cidade.

## 1.2 Questionário aos pais/responsáveis

Na segunda etapa da coleta de dados foi elaborado o questionário para ser aplicado aos pais e responsáveis, a amostra foi composta de 25 pais e responsáveis dos 80 que matricularam os 98 estudantes na Escola Classe Catingueiro no ano vigente. O questionário foi composto de cinco perguntas, sendo uma objetiva:

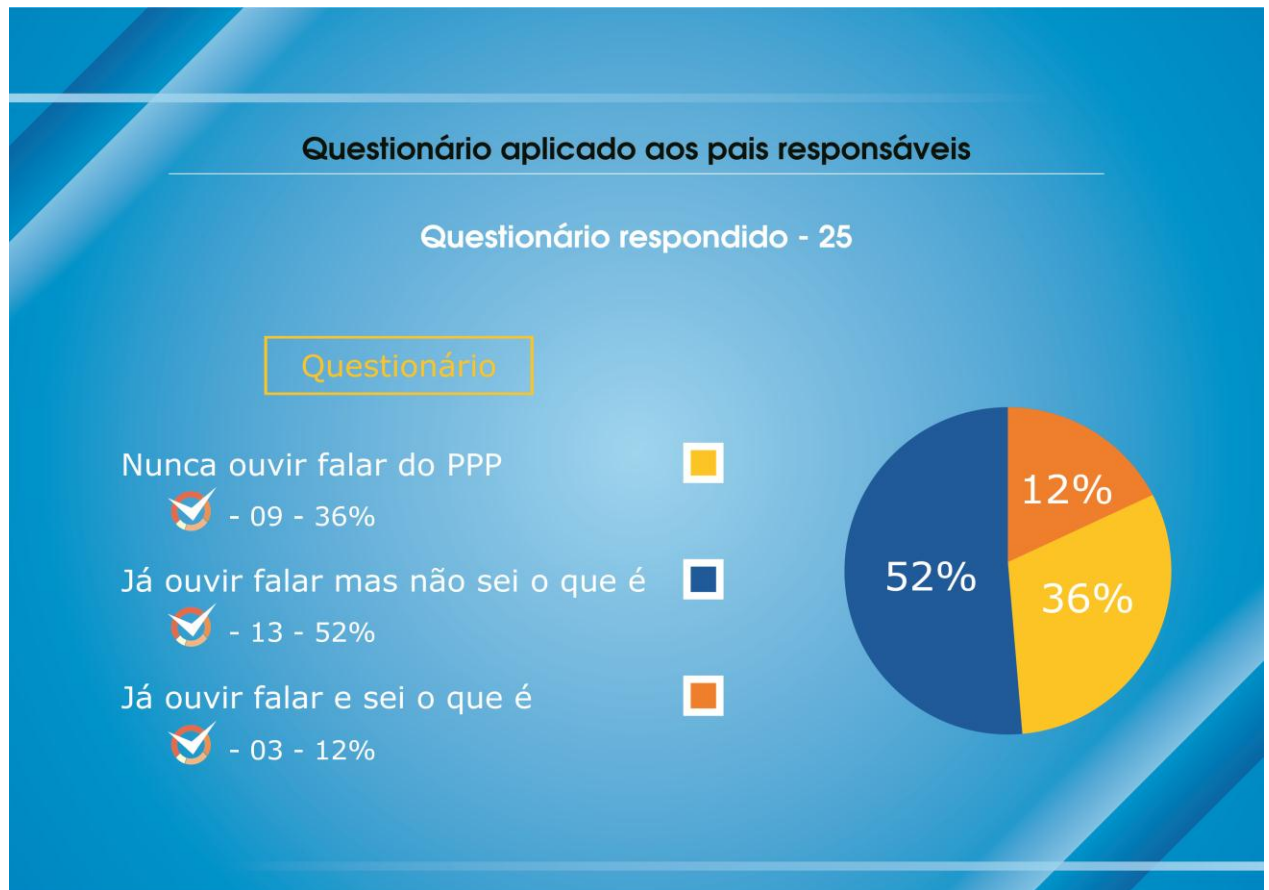
### a) Já ouviu falar no Projeto Político-Pedagógico?

Dos entrevistados nove (09) responderam, sendo 36% que nunca ouviram falar sobre o PPP. Os que já ouviram falar mas não sabem o que foram 13 responsáveis que correspondem a 52%. Os que já ouviram falar e sabem o que é o PPP responderam 12%, sendo três (3) responsáveis.

Tabela 2 – Já ouviu falar no Projeto Político-Pedagógico

<b>Conhecimento</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>Porcentagem</b>
Nunca ouvi falar	09	36%
Já ouvi falar, mas não sei o que é	13	52%
Já ouvi falar e sei o que é	03	12%
Total	25	100%

Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014



Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014

### **A segunda pergunta: Qual o principal motivo para matricular seu filho na escola?**

Teve vários motivos apresentados pelos entrevistados, por ser subjetiva teve mais de um motivo apresentado pelos pais/responsáveis:

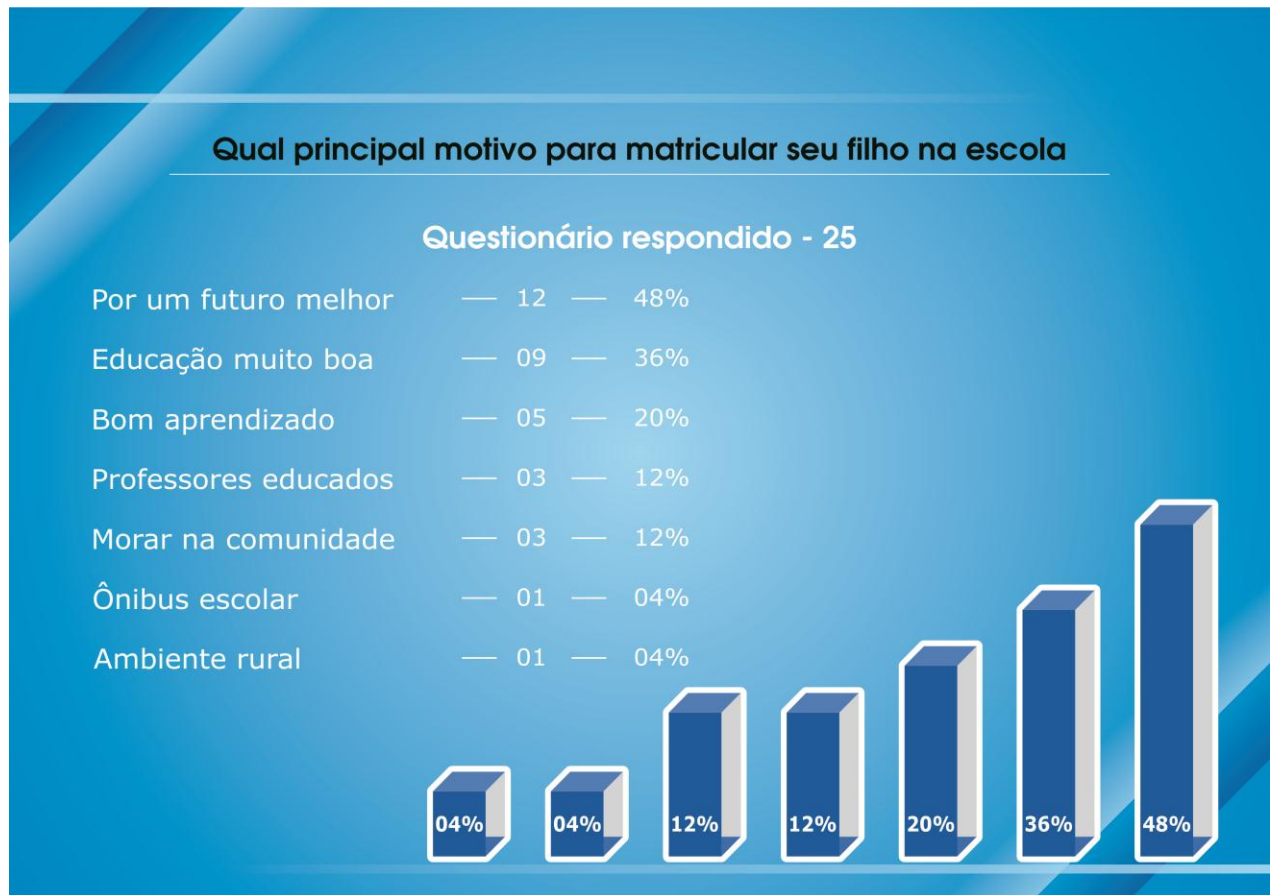
Tabela 3 – Motivo para matricular o filho na Escola Classe Catingueiro

<b>Principal motivo</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>Porcentagem</b>
Futuro melhor	12	48%
A educação muito boa	09	36%
Bom aprendizado	05	20%
Mora na comunidade	03	12%
Profissionais educados, atenciosos e carinhos com os estudantes	03	12%

Poucos alunos	02	08%
Transporte escolar e ambiente rural	02	08%

Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014

A análise dos motivos apresentados demonstra a satisfação dos entrevistados com a equipe gestora, pedagógica e os demais profissionais da escola.



Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014

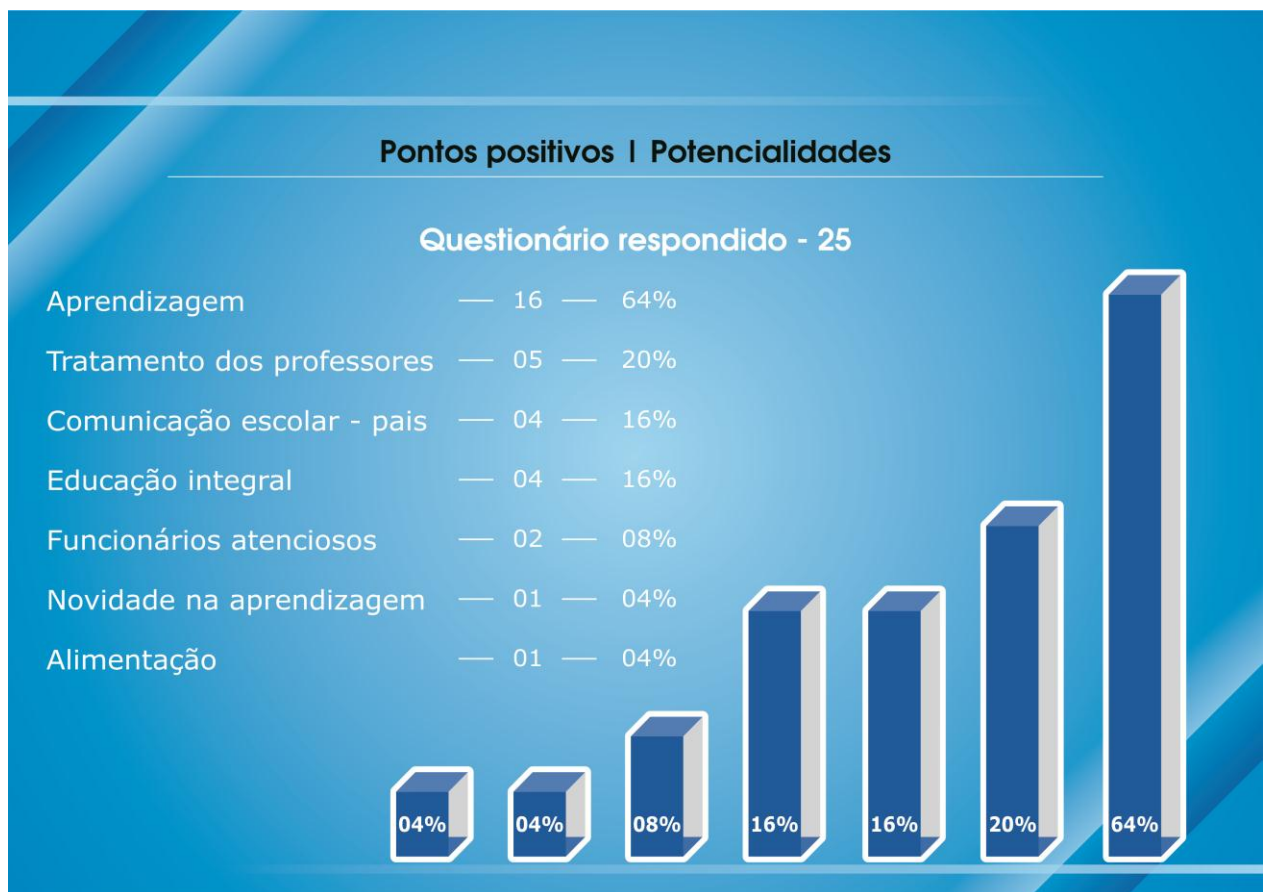
**Na questão 3: Relate dois pontos positivos da escola (aprendizagem, gestão, coordenação, professoras, servidores, espaço da escola, comunicação escola e pais, Educação Integral, projetos escolares entre outros).**

Os responsáveis apontaram em suas respostas alguns pontos positivos/potencialidades da escola em diversos aspectos que estão relacionados na ordem decrescente de satisfação:

Tabela 4 – Pontos positivos da Escola Classe Catingueiro

Pontos Positivos	Entrevistados	Porcentagem
Aprendizagem	16	64%
Tratamento das docentes	05	25%
Comunicação: escola-pais	04	16%
Educação Integral	04	16%
Funcionários atenciosos	02	08%
Novidade - aprendizagem	01	04%
Alimentação	01	04%

Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014



Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014

**Na questão 4: Relate dois pontos negativos/fragilidades da escola( aprendizagem, gestão, coordenação, professoras, servidores, espaço da escola, comunicação escola e pais, Educação Integral, projetos escolares entre outros). Mesmo sendo**



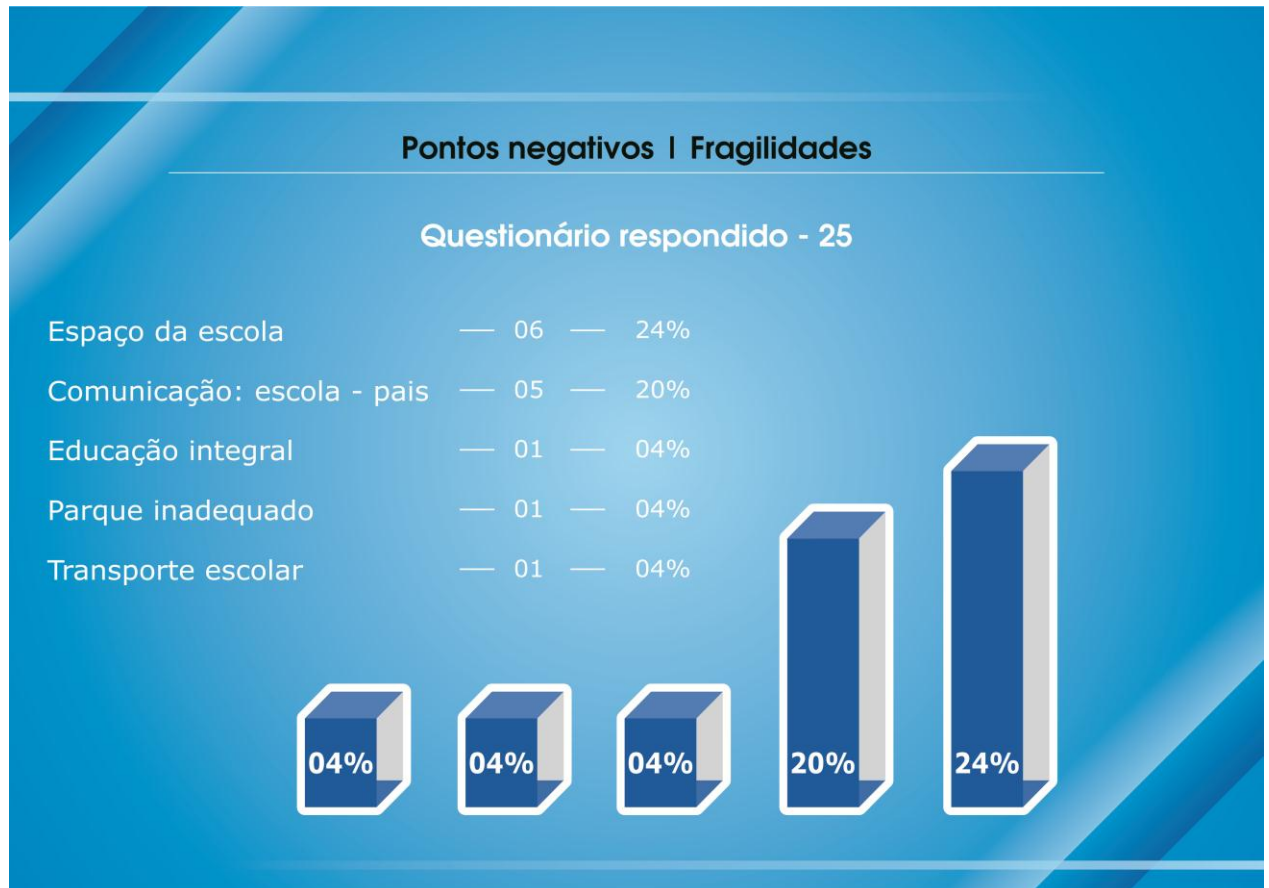
aberta tinha uma intencionalidade para avaliar os itens definidos para serem avaliados.

Tabela 5 - Pontos negativos da Escola Classe Catingueiro

Pontos negativos	Entrevistados	Porcentagem
Espaço da escola	06	24%
Comunicação: escola-pais	05	20%
Parque inadequado	01	4%
Transporte escolar	01	4%
Educação Integral	01	4%

Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014

Nessa pergunta 11 pessoas não quiseram apontar pontos negativos que correspondem a 44% dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014

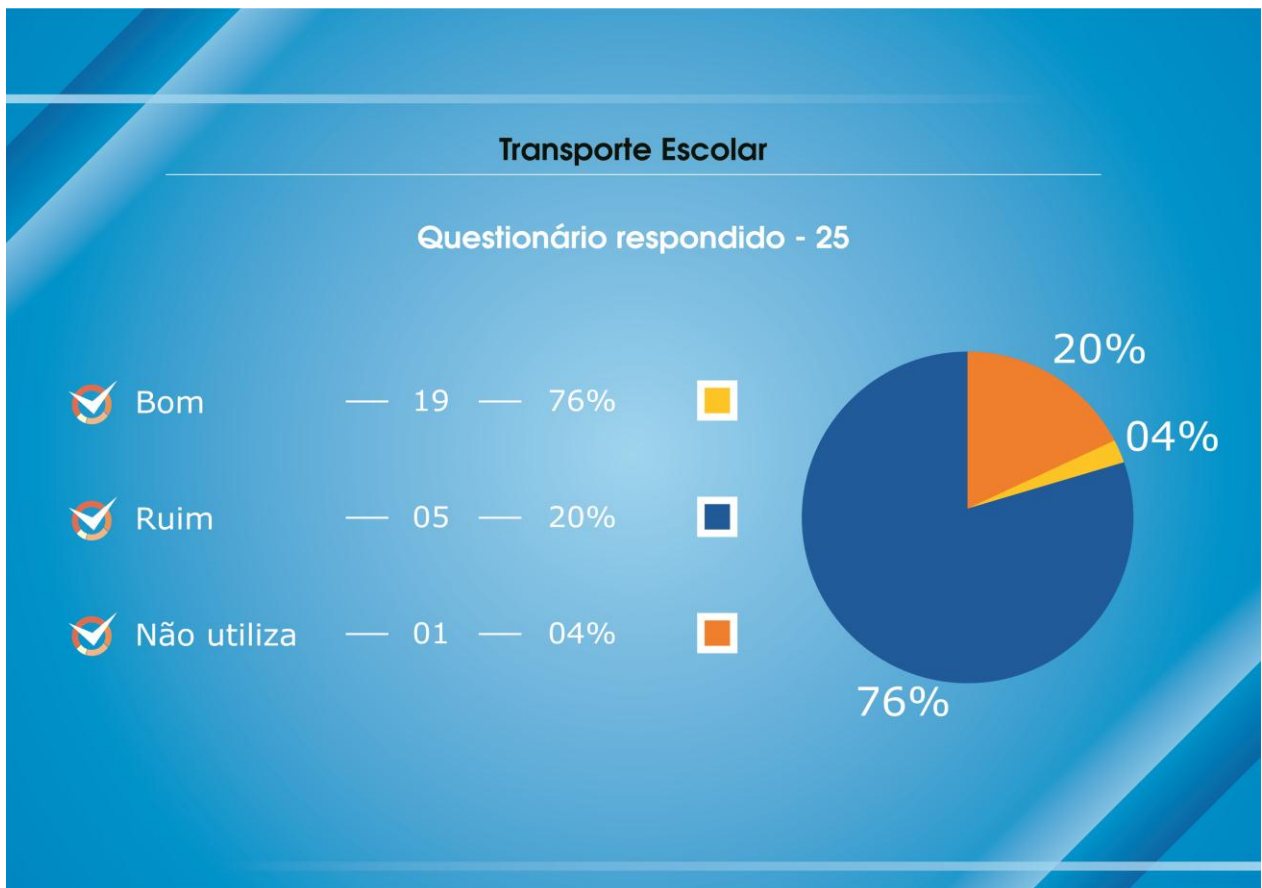
### Na questão 5: Opine sobre o transporte escolar

Os entrevistados opinaram de maneira subjetiva sobre a qualidade do ônibus escolar e o atendimento dos funcionários (motorista e monitora) da empresa terceirizada:

Tabela 6 – Opinião sobre o transporte escolar que atende a Escola Classe Catingueiro

Qualidade do atendimento	Entrevistados	Porcentagem
Consideram bom	19	76%
Consideram ruim	05	20%
Não utiliza	01	04%

Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014



Fonte: Pesquisa com a comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro: Julho-2014

### **1.3 Entrevista com a gestora da escola:**

A gestora atual está na escola desde os meados de 2012, por motivo da inelegibilidade da equipe gestora da época no primeiro processo eleitoral vigente da Lei da Gestão Democrática nº 4751, 07/02/2012, a CRE de Sobradinho indicou e solicitou que a educadora fosse remanejada e assumisse a gestão da unidade de ensino. Um dos motivos de sua indicação foi por ter sido professora da escola nos anos 90. No segundo processo eleitoral no ano passado, a equipe gestora, composta da diretora e do vice-diretor concorreram com chapa única e continuaram a gestão escolar.

A formação acadêmica da diretora é Pedagogia com especialização em Psicopedagogia, com experiência de docência na SEEDF de aproximadamente 18 anos.

Na entrevista com a gestora da escola, ao ser indagada sobre a construção do PPP realizada em 2013, como uma exigência da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) demonstra sinceridade que tem muita dificuldade de compreender a temática da Educação do Campo, que ao elaborar individualmente a proposta pedagógica da escola, que denominou o PPP, como o projeto de trabalho de sua gestão não citou nenhuma vez a palavra campo, nem os saberes e os fazeres do campo, mesmo tendo a recomendação em 2013 para que os gestores das escolas do campo realizassem o inventário.

A SEEDF solicitou aos gestores das escolas do campo que seguisse as recomendações para realizar o inventário das escolas do campo do Distrito Federal, que serviria de instrumento de diagnóstico e embasador para reconhecer as particularidades da comunidade em que está inserida a escola do campo e contribuir para a construção do Projeto Político-Pedagógico, como um documento realista e que represente de maneira fidedigna realidade histórica, social, econômica e cultural da comunidade que está inserida a escola.

A gestora não realizou essa importante recomendação da Secretaria de Educação e também não foi cobrada.

Mesmo com o acompanhamento da equipe da CRE-Sobradinho que teve a responsabilidade de orientar sobre a construção do PPP no ano de 2013, não atentou a ausência da proposta educacional da Educação do Campo, pois apenas pontuou e assinalou as ressalvas que a gestora deveria corrigir ou acrescentar sem recomendar a inclusão dos saberes e os fazeres do campo/comunidade no pseudo- Projeto Político Pedagógico da escola.

Para a gestora, o laboratório de informática poderia alterar a educação na perspectiva do campo, ou seja, que o recurso tecnológico pedagógico e didático é um recurso das escolas urbanas.

Ao informar-lhe sobre a importância do inventário para conhecer com mais exatidão os aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais, educacionais entre outros da comunidade do Catingueiro e das comunidades vizinhas que participam da comunidade escolar, a gestora incumbiu o coordenador/mobilizador para organizar, planejar e desenvolver a atividade no segundo semestre do ano vigente e que percebeu que se faz necessário para contribuir para a construção do Projeto Político-Pedagógico.

#### **1.4 Questionário da equipe docente e a gestora**

A equipe pedagógica (gestora, coordenador pedagógico e as professoras) é formada de 8 educadores, sendo 07 do sexo feminino e o coordenador pedagógico do sexo masculino.

Todos são licenciados em Pedagogia. Entre os especialistas existem duas Psicopedagogas, uma Orientadora Educacional, uma Arte de Contar História, uma Educação de Jovens e Adultos e outras especializações afins na área de Educação.

Os que responderam o questionário foram 05 educadoras: 01 gestora e 04 professoras, que correspondem a 62% da equipe pedagógica.

O coordenador não respondeu por ser o mobilizador e assim observar com imparcialidade a etapa de diagnóstico do processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Catingueiro.

A primeira alternativa do questionário foi relacionada ao gênero do entrevistado.

### 1. Sexo:

Tabela 7 – Gênero da equipe docente da Escola Classe Catingueiro que participou da pesquisa

<b>Sexo</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Feminino	05	100%
Masculino	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### 2. Formação:

Tabela 8 – Formação acadêmica da equipe docente da Escola Classe Catingueiro

<b>Formação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Pedagogia	05	100%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### 2. Especialização:

Tabela 9 – Formação continuada da equipe docente da Escola Classe Catingueiro

<b>Especialização</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Arte de Contar História	01	20%
Psicopedagogia	02	40%
Orientadora Educacional	01	20%
Outras afins – Educação	01	20%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### 3. Situação Funcional:

Tabela 10 – Situação funcional da equipe docente da Escola Classe Catingueiro

<b>Situação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Concursado	03	60%
Temporário	02	40%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

#### 4. Tempo de docência (anos):

Tabela 11 – Tempo de docência da equipe docente da Escola Classe Catingueiro

<b>Tempo (anos)</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
01 – 05	00	00%
05 – 10	02	40%
10 – 15	02	40%
15 – 20	01	20%
Total	05	100

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

#### 5. Tempo de docência no SEEDF (anos):

Tabela 12 – Tempo de docência na SEEDF da equipe docente da Escola Classe Catingueiro

<b>Tempo (anos)</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
01 – 05	00	00%
05 – 10	04	80%
10 – 15	00	00%
15 – 20	01	20%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

#### 6. Tempo de docência na escola (anos):

Tabela 13 – Tempo de docência da equipe docente na Escola Classe Catingueiro

<b>Tempo (anos)</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
01 – 05	04	80%
05 – 10	01	20%
10 – 15	00	00%
15 – 20	00	00%
Total	00	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

#### 7. Já participou da construção do Projeto Político-Pedagógico?

Tabela 14 – Participação do docente em construção de PPP

<b>Participação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sim, nesta escola	02	40%
Sim, em outra escola	03	60%
Nunca	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### **8. A gestão/coordenação promove espaço-tempo para discutir sobre o currículo, o PPP, projetos escolares e outros temas?**

Tabela 15 – A gestão/coordenação da Escola Classe Catingueiro promove espaço- tempo para discutir sobre o currículo, PPP, projetos escolares e outros temas.

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	01	20%
Frequentemente	04	80%
Raramente	00	00%
Nunca	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### **9. Os docentes participam ativamente dos espaços-tempos propostos pela direção ( Currículo, PPP, projetos escolares e outros temas)?**

Tabela 16 – Participação dos docentes ativamente dos espaços-tempos propostos pela direção.

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	01	20%
Frequentemente	04	80%
Raramente	00	00%
Nunca	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

**10. A equipe docente tem liberdade para desenvolver projetos de aprendizagem que estejam em consonância com a proposta curricular da escola/SEEDF?**

Tabela 17 – A autonomia da equipe docente para desenvolver projetos de aprendizagem em consonância com a proposta curricular da escola/SEEDF

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	05	100%
Frequentemente	00	00%
Raramente	00	00%
Nunca	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

**11. A equipe docente opina e dá sugestões para aquisição de materiais didáticos com os recursos financeiros da escola.**

Tabela 18 – A equipe docente opina e sugere para adquirir materiais didáticos com os recursos financeiros da escola.

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	05	100%
Frequentemente	00	00%
Raramente	00	00%
Nunca	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

**12. A direção/coordenação faz acompanhamento das atividades escolares?**

Tabela 19 – Acompanhamento da direção/coordenação das atividades escolares

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	00	00%
Frequentemente	05	100%
Raramente	00	00%
Nunca	00	00%
Total	05	100%



Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### **13. Os docentes participam das tomadas de decisões administrativas e pedagógicas da escola?**

Tabela 20 – Participação da equipe docente das tomadas de decisões administrativas e pedagógicas da Escola Classe Catingueiro

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	02	40%
Frequentemente	03	60%
Raramente	00	00%
Nunca	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### **14. A direção/coordenação oportuniza troca de ideias, inovações e criação conjunta de projetos que contribuem com o processo de ensino e aprendizagem?**

Tabela 21 – A direção/coordenação da Escola Classe Catingueiro oportuniza a troca de ideias, inovações e criação conjunta de projetos de aprendizagem.

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	03	60%
Frequentemente	02	40%
Raramente	00	00%
Nunca	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

### **15. A participação da família no acompanhamento do estudante no processo de ensino e aprendizagem é:**

Tabela 22 – Participação da família no acompanhamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem na Escola Classe Catingueiro.

<b>Observação</b>	<b>Educadores</b>	<b>Porcentagem</b>
Ótimo	00	00%
Boa	05	100%
Regular	00	00%

Ruim	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

**16. A relação entre gestão – coordenação – docentes – funcionários é :**

Tabela 23 – Relação entre gestão-coordenação-docentes-funcionários da Escola Classe Catingueiro.

Observação	Educadores	Porcentagem
Ótimo	00	00%
Boa	05	100%
Regular	00	00%
Ruim	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

**17. A direção/coordenação tem conseguido efetivar a participação da comunidade escolar na construção do PPP?**

Tabela 24 – Participação da comunidade escolar na construção do PPP da Escola Classe Catingueiro.

Participação	Educadores	Porcentagem
Sim	05	100%
Não	00	00%
Total	05	100%

Fonte: Equipe docente que participou da pesquisa – Junho 2014

**18. Os valores/saberes/fazerem da Educação do Campo que é desenvolvido na escola:**

- Os assuntos de Educação Ambiental, através da conscientização e preservação do meio rural e dos recursos naturais;
- A responsabilidade e cuidado com os animais domésticos e silvestres;
- A importância da comunicação a partir do próprio corpo até mesmo em conflitos individuais e coletivos;
- Respeito às diferenças;

**19. Para você, quais as maiores dificuldades encontradas na Educação do Campo:**

- Ausência de biblioteca, quadra e parque infantil;
- Pouco acompanhamento familiar e não comprometimento dos alunos em estudar;
- Estrada ruim;
- O transporte escolar e coletivo;
- Poucos recursos financeiros;
- Material didático inadequado;

**20. Quais as medidas que a gestão/coordenação/SEEDF pode realizar para solucionar/diminuir as dificuldades na Educação do Campo?**

**A SEEDF:**

- Investimento em tecnologia de ponta para que os alunos do campo possam ter oportunidades iguais em relação aos da cidade;
- Realização de reforma na estrutura física para ampliar o espaço e criar outros ambientes de aprendizagem: parque e laboratório de informática.

**A Gestão/ Coordenação:**

- Informação ao conhecimento das autoridades competentes as necessidades da escola;
- Realização de coletivas com estudos e sugestões de práticas de acordo com a realidade;
- Realização de diagnóstico de alguns alunos com dificuldade de aprendizagem para adequação curricular;

**21. Apresente sua justificativa se lecionar na Educação do Campo é gratificante?** As educadoras apresentaram suas justificativas porque lecionar em escolas do campo demonstraram em seus relatos os motivos e os valores que são encontrados e transmitidos na perspectiva da Educação do Campo:

Os alunos demonstram mais interesse em aprender, os pais participam mais nas atividades propostas na escola. E a maioria das escolas tem um contato maior com a natureza e com a vivência de cada membro e funcionário que pertence a instituição. (Educadora 1)

“Apesar das dificuldades o bom relacionamento com a comunidade e os alunos. E por está próxima da minha residência”. (Educadora 2). “As crianças são mais amáveis, é tudo de bom! Menos quantidade de alunos proporciona um olhar mais individualizado”. (Educadora 3). “Apesar das dificuldades apresentadas, é gratificante, pois a comunidade é acolhedora, participa da vida escolar dos seus filhos. Os alunos são mais tratáveis e também pela gratificação de zona rural”. (Educadora 4). “Em relação aos discentes com urbana, são mais dóceis, amorosos e respeitam mais”. (Educadora 5)



Atividade da Gincana Ambiental – Semana do Meio Ambiente – Ano 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa-ação teve o objetivo primordial de contribuir com a construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Catingueiro buscando mobilização da participação efetiva da comunidade escolar.

A construção e/ou a resignificação do Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Catingueiro na perspectiva da Educação do Campo, com a valorização e a incorporação dos saberes e os fazeres do campo na proposta curricular da unidade de ensino é o produto final do projeto da pesquisa-ação.

O trabalho do pesquisador-participante foi dividido em diversas etapas: a) analisar os documentos da unidade de ensino, como o plano de trabalho da gestão, a proposta curricular da SEEDF e os planos de aulas dos docentes; b) entrevista com a gestora; c) questionários para os responsáveis; d) questionários para a equipe docente e a gestora; e) dois encontros mobilizadores com o Grupo de Trabalho composto de gestores, docentes, funcionários, pais/ responsáveis e conselheiros escolares.

A participação da comunidade escolar no processo de construção e/ou resignificação do Projeto Político Pedagógico da escola do campo foi mobilizada com encontros temáticos e a formação do Grupo de Trabalho (GT) para promover a proposta dialética (reflexão-ação-reflexão) que serviram de diagnóstico para nortear os trabalhos da equipe gestora e da coordenação no segundo semestre do ano vigente.

A inexistência dos saberes e os fazeres do campo que não estão incorporados no Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Catingueiro é de fato a grande problemática encontrada por esta pesquisa. E ficou nítido com a análise da entrevista com a gestora, dos questionários respondidos pela equipe docente e pela gestora, dos questionários respondidos pelos responsáveis e das observações dos que participaram dos dois encontros mobilizadores do Grupo de Trabalho.

A incorporação dos saberes e dos fazeres do campo no Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Catingueiro será realizada no segundo semestre com o desenvolvimento do Inventário das escolas do campo da SEEDF, atividade



interdisciplinar, participativa, dialética, dialógica e coletiva da comunidade escolar, que pretende realizar o levantamento dos diversos aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos, educacionais e culturais da comunidade Catingueiro que está inserida na APA de Cafuringa.

A construção e/ou a ressignificação do Projeto Político-Pedagógico com a participação efetiva da comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro será momento crucial para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem e assim consequentemente qualificar os saberes e os fazeres pedagógicos e didáticos na perspectiva da Educação do Campo.



Evento esportivo – Dia do Estudante – Ano 2014.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro; Baptista, Náidison de Quintella (org.).  
**Educação Rural: sustentabilidade do campo. 2ª ed.** Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2005.
- BRASIL. I Conferência Nacional por uma Educação do Campo – CNEC, 1998.  
 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf)  
 \_\_\_\_\_. II Conferência nacional de Educação do Campo, 2004, Luziânia/GO.  
 Declaração Final: Por uma Política de Educação do Campo, mimeo  
 \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.  
 \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos.** Brasília: SECADI, 2012.  
 \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.  
**Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: planejamento do ensino na perspectiva da diversidade: educação do campo: unidade 02 /** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília : MEC, SEB, 2012.
- CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO.  
**Dicionário da Educação do Campo** – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- EDUCAÇÃO, Ministério d Educação. **Conselho Escolar e a educação do campo.** (Programação Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 9) Secretária de Educação Básica, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Conferência Nacional de Educação para Todos.** Brasília, 1994.
- IBRAM.<http://www.ibram.df.gov.br/component/content/article/257-unidades-de-conservacao/264-apa-de-cafuringa.html>
- MOURA, Abdalaziz de. **A pequena produção o Nordeste, a eterna marginal.** SERTA – PE: mimeo; 1991

SEEDF. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação.** .  
Subsecretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 4.751. Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF.**  
Brasília/DF, fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Orientação Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas.** Subsecretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2014.

SEMARH. **APA de Cafuringa: a Última Fronteira Natural do DF.** Brasília: Semarth, 2006.

Thiollent, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** – 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14ª ed. – Papyrus, 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (organizadoras). **Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro.** – 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



**ANEXO I****Questionário da Construção do Político-Pedagógico**

Escola Classe Catingueiro – Ano 2014

Estimado Educador (a),

Gostaria de contar com sua valiosa colaboração respondendo a este questionário como parte da pesquisa sobre o Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Catingueiro.

1. Sexo: (    ) Feminino    (    ) Masculino

2. Formação:

Superior: \_\_\_\_\_

Pós-Graduação: \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

3. Situação Funcional: (    ) Efetivo    (    ) Concursado

4. Tempo de docência (anos):

(    ) 1 – 5    (    ) 5 – 10    (    ) 10 – 15    (    ) 15 – 20

5. tempo de docência no SEEDF (anos):

(    ) 1 – 5    (    ) 5 – 10    (    ) 10 – 15    (    ) 15 – 20

6. Tempo de docência na escola (anos):

(    ) 1 – 5    (    ) 5 – 10    (    ) 10 – 15    (    ) 15 – 20

7. Já participou da construção do Projeto Político-Pedagógico?

( ) sim, nesta escola ( ) sim , outra escola ( ) nunca

8. A gestão/coordenação promove espaço-tempo para discutir sobre o currículo, o PPP, projetos escolares e outros temas?

( ) sempre ( ) frequentemente ( ) raramente ( ) nunca

9. Os docentes participam ativamente dos espaços-tempos propostos pela direção ( Currículo, PPP, projetos escolares e outros temas)?

( ) sempre ( ) frequentemente ( ) raramente ( ) nunca

10. A equipe docente tem liberdade para desenvolver projetos de aprendizagem que estejam em consonância com a proposta curricular da escola/SEEDF?

( ) sempre ( ) frequentemente ( ) raramente ( ) nunca

11. A equipe docente opina e dá sugestões para aquisição dos recursos financeiros em materiais didáticos ou em outros recursos?

( ) sempre ( ) frequentemente ( ) raramente ( ) nunca

12. A direção/coordenação faz acompanhamento das atividades escolares?

( ) sempre ( ) frequentemente ( ) raramente ( ) nunca

13. Os docentes participam das tomadas de decisões administrativas e pedagógicas da escola?

( ) sempre ( ) frequentemente ( ) raramente ( ) nunca

14. A direção/coordenação oportuniza troca de ideias, inovações e criação conjunta de projetos que contribuem com o processo de ensino e aprendizagem?

( ) sempre ( ) frequentemente ( ) raramente ( ) nunca

15. A participação da família no acompanhamento do estudante no processo de ensino e aprendizagem é:

( ) ótimo ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

16. A relação entre gestão – coordenação – docentes – funcionários é :

( ) ótimo ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

17. A direção/coordenação tem conseguido efetivar a participação da comunidade escolar na construção do PPP? ( ) sim ( ) não

18. Elenque três a cinco valores/saberes/fazeress da Educação do Campo que é desenvolvido na escola:

19. Para você, quais as maiores dificuldades encontradas na Educação do Campo:

20. Quais as medidas que a gestão/coordenação/SEEDF pode realizar para solucionar/diminuir as dificuldades na Educação do Campo?

21. Apresente sua justificativa se lecionar na Educação do Campo é gratificante?

Grato pela colaboração!

## ANEXO II

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria de Estado de Educação  
Subsecretaria de Educação Básica  
Coordenação de Educação em Diversidade

### Inventário

Metodologia que visa produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para um grupo social.

Trata-se de profunda inserção da dimensão humana da instituição educacional, que vem a ser a comunidade escolar – professores, alunos, pais, responsáveis, servidores, comunidade adjacente – no contexto espaço-temporal de cada escola.

O inventário visa à inserção sociocultural de estudantes, comunidade escolar em geral, produtores adjacentes, por meio da apropriação de recursos, experiências, investigações das quais esses sujeitos são sempre excluídos e alienados.

Propomos, então, o rastreamento desses tempos nos limites da escola.

A escola deverá ouvir sua comunidade e compartilhar tal audição.

Os alunos deverão buscar ouvir, ver, compreender o que têm a dizer seus pais, avós e vizinhos; e professores deverão dar a conhecer a registros culturais, históricos, sociais e dos modos de produção presentes nessas falas, a fim de que alunos e comunidade escolar em geral reconheçam-se como portadores de história, cultura, tradição e possam preservá-las, delas se alimentarem e transformarem a si mesmos e à sua comunidade.

### **Roteiro para construção de Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo da SEDF.**

#### 1. Informações gerais sobre a comunidade

- Localização: distância da sede do município, condição de acesso (estrada de terra, asfalto, transporte público);

- Energia elétrica, telefone, internet, esgoto, água, acesso a serviços de saúde, número de escolas e níveis e modalidades de ensino oferecidos (anos iniciais, anos finais, Ensino Médio, EJA);
- Número de famílias que vivem na comunidade.

2. Fazer uma relação de cada grupo organizativo que existe atualmente na comunidade.

- Exemplo: associações, cooperativas, igrejas, grupo de jovens, grupo de mulheres, etc.
- Se há lideranças ou representante na comunidade e como são escolhidos.
- Se estes grupos se reúnem periodicamente e qual a periodicidade;
- Há interação entre os diversos grupos? Que conflitos existem? E que ações positivas são fruto destes grupos?

Você participa destes grupos? E sua família? Como a comunidade participa?

3. Os (as) estudantes e servidores devem realizar conversas com as respectivas famílias para saber:

- Onde nasceram (município e estado; se na cidade ou no campo);
- Quando e porque foram morar na comunidade. São acampados, pré-assentados, assentados, posseiros, proprietários?
- Qual/quais a(s) origem/origens de renda da família. Exemplo: se vivem de salários, da produção, de aposentadoria ou de outra forma de remuneração;
- O que produzem e/ou criam? A produção é individual ou coletiva? Conta com crédito do governo? Conta com assistência técnica? A produção é de subsistência e/ou para comercialização?
- O que a família sabe sobre a história da comunidade?

- Não esquecer de anotar a data e os nomes das pessoas com quem conversou.
- 4. Realizar conversa com pessoa(s) que conheça(m) bem a comunidade (pode ser o presidente da associação, uma pessoa que viva lá há muito tempo) para saber:

- A história da comunidade/assentamento (em que ano e como surgiu; seu processo de constituição; a formação dos grupos ao longo da história);
- Como era a região no início e como está agora (em relação aos recursos naturais, vegetação nativa, preservação das margens dos rios, das nascentes e áreas de reserva);
- Quais são os processos produtivos mais importantes:
- Quais as principais fontes de renda da comunidade;
- Se há algum representante da comunidade que faz parte de algum conselho municipal? Quais?
- Cultura e lazer: quais as formas de manifestações que a comunidade mantém ou produz (cria); que tipos de manifestações culturais a comunidade consome e por que meios?
- Saúde e ambiente: identificar as questões ambientais que têm consequência na saúde da comunidade (agrotóxico, lixo, queimadas, poluição de nascentes);
- Se a comunidade faz uso de plantas medicinais;
- Procurar atas e documentos que registram a história, a criação de associações, etc. O que dizem os documentos? Dizem a mesma coisa? A história oral (contada pelas pessoas) é igual a que está a que está escrita?

❖ Não esquecer de anotar a data e os nomes das pessoas com quem conversou.

5. Fazer um mapa da comunidade, indicado a localização aproximada de rios e córregos, área de reserva, chapada, casas, ou parcelas, estradas de acesso, escolas, creches, igrejas, etc.

- Sugestão: reunir pessoas da comunidade ou da escola para construir o mapa vendo a percepção das pessoas sobre a comunidade/assentamento.

